

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 027

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 282/04, Mensagem nº 71/04, do Poder Executivo, que institui a Política de Planejamento e Ordenamento Sustentado do Estado de Mato Grosso, estabelece os Planos de Ação e Gestão, cria o Sistema Integrado de Gestão e Planejamento e dá outras providências, também conhecido como Zoneamento Socioeconômico-Ecológico.

Convido para compor a Mesa: os Exm^{os} Srs. Deputados Silval Barbosa, 1º Secretário, Dilceu Dal Bosco, Sguas e Eliene; o Exm^o Sr. Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Yênes Jesus de Magalhães; o Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, Dr. Luiz Antônio Pagot; a Exm^a Sr^a Deputada Estadual Verinha Araújo; o Juiz Dr. José Zuquim Nogueira; o Exm^o Sr. Secretário de Política e Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Marcos Estevan Del Pratte - queremos fazer um agradecimento especial à sua presença, Dr. Marcos, que foi convidado por ocasião do AMAZONTECH; o Diretor do Programa Nacional de Áreas Protegidas, Sr. Marcos Mercadante, neste ato representando o Sr. João Paulo, Secretário de Biodiversidade, o Sr. Leonel Teixeira, representando a Secretaria de Coordenação da Amazônia.

Informo a todos que temos lugares aqui na frente que podem ser ocupados.

Convido ainda para compor a Mesa o Coordenador do FORMAD-Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Sr. Vicente José Puhl; e o Presidente da EMPAER, Dr. Aréssio Paquer.

Composta a Mesa, convido todos a se porem de pé para a execução do Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa sente-se honrada com a presença das seguintes autoridades e convidados: Sr. Arnaldo Alves de Souza, Secretário Adjunto da SEPLAN; Sr^a Marilde Brito Lima, Economista da SEPLAN; Sr^a Regiane Berchieli, gestora da SEPLAN; Juraci de Ojeda Ala Filho, Geólogo da SEPLAN; Sr. Antônio Abritakka, Economista da SEPLAN; Sr^a Cristina Paganatti, Técnica da SEPLAN; Sr^a Eleonora Duarte, Técnica da SEPLAN; Susan Dignart, Gestora Governamental da SEPLAN; Sr. Geovanni Leão Ormond, Administrador do Banco de Dados da SEPLAN; Sr^a Maria Aparecida Paiva, Engenheira Agrônoma da SEPLAN; Sr^a Maria Aparecida Sersi Paiva, Técnica de Planejamento da SEPLAN; Sr^a Maria Lenice Mattos Conceição, membro da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia do Estado; Sr. Edegal Lammel, Coordenador do CONDAM-Conselho para o Desenvolvimento da Amazônia Matogrossense; Sr. Sandro Andreone, Presidente da Associação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Mato-grossense dos Engenheiros Florestais; Vlamir Pinho, do Conselho do Desenvolvimento da Amazônia; Sr. Josaias Vieira de Santana, representante da Associação de Criadores de Alta Floresta; Sr. Samuel Lemes, representando a Secretaria de Turismo do Estado; a professora Yeda, Secretária de Turismo; o Sr. Ulivar Favreto, Diretor Secretário da FAMATO; o Sr. José Maria Pedroso da Silva, Gestor de Política Energética da Secretaria de Indústria; o Tenente-Coronel Ubaldo, Comandante do Batalhão de Polícia de Proteção; o Sr. Amir Bem Kaouss, assessor da FIEMT, neste ato representando o Presidente; o Sr. Nereu Pazinni, Rodrigues Justus de Brito, Diretor de Recursos Florestais da FEMA, representando o Presidente Moacir Pires de Miranda, que inclusive justifica a sua ausência em função de problema de saúde; o Sr. Sérgio Simeão, representante da Política Agrícola da SEDER; o Sr. Tony Hudson, Diretor Meteorológico do INMETRO; o Sr. Álvaro Leite, engenheiro florestal; a Sr^a Ivanildes Ferreira dos Santos, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; o Sr. Clodoaldo José Ferreira, Técnico Meteorológico do INMETRO; o Sr. Afrânio Migliani, engenheiro agrônomo; o Capitão Dalton, do Batalhão de Militar de Proteção Ambiental, o Sr. José Carlos Bazan, do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cuiabá.

Cumprimento a todos presentes a Mesa, na pessoa do Deputado Silval Barbosa, 1º Secretário, do Deputado Dilceu Dal Bosco, o Secretário de Estado de Infra-Estrutura, Luiz Antônio Pagot, o Secretário de Estado de Planejamento, Yênes Magalhães, demais colegas Deputados.

Gostaria de dizer que fui muito questionado sobre esta Audiência Pública, nesta data, porque todos esperavam que essas Audiências Públicas fossem marcadas com mais tempo, inclusive a classe política, em função do período eleitoral.

Gostaríamos de justificar que em nossas andanças pelo interior do Estado - tem sido assim comigo e, provavelmente, com todos os colegas Deputados -, temos sido muito interpelados a respeito do zoneamento socioeconômico-ecológico. E quando tomamos a decisão de marcar esta Audiência Pública foi no sentido de conhecer minimamente o zoneamento que está nesta Casa; conhecer os critérios que foram adotados para elaboração, através dos técnicos que poderiam nos apresentar aqui, porque, na verdade, recebemos o zoneamento no gabinete da Presidência, das mãos do Sr. Governador, do Secretário de Estado, mas não tivemos nenhuma exposição que nos propiciasse conhecer um pouco mais dessa proposta.

Lógico que não pretendemos aqui conhecer com toda profundidade essa matéria, que é muito complexa, tanto é que para isso nós já discutimos com a Assessora da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr^a Gina Valmorbida, e já programamos, ao invés de audiências públicas, no decorrer do mês de outubro e novembro, vários seminários nos pólos. Inclusive, estamos com o calendário aqui para discutir com os colegas Deputados. A princípio faremos o primeiro seminário no dia 09 de outubro, aqui em Cuiabá, e daí em diante vários seminários, se não me engano. Até o dia 16 de novembro estaremos encerrando, porque são 12 seminários. Faríamos duas audiências públicas, em que iríamos consolidar essas propostas recebidas do interior e também propiciar aos Deputados conhecer um pouco mais a matéria para começar a apresentar emendas e para fazer um estudo com maior profundidade dessa matéria. Eu sei que ela envolve a vida de todos nós, é importante para o Estado. Portanto, nós não temos pressa de apreciar essa matéria. Essa matéria será debatida nos quatro cantos do Estado, com todos os setores. Serão convidados todos os segmentos para participar dessas discussões, afinal de contas não queremos aprovar um zoneamento e daqui a poucos meses estarmos aqui apresentando emenda a esse zoneamento. Queremos aprovar aqui um zoneamento que seja adequado à realidade de Mato Grosso, que contemple o setor produtivo, mas que não deixe de observar as questões ambientais que têm sido muito defendidas nesta Casa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu gostaria que todos entendessem que talvez não teremos aqui um debate mais acalorado. A participação talvez fique um pouco prejudicada, porque na verdade, o intuito é uma explicação da proposta através dos Técnicos da SEPLAN.

Então, de antemão, quero agradecer ao representante do Ministério, Dr. Marcos, agradecer a SEPLAN e ao Governo do Estado por se colocarem à disposição para esse debate a qualquer momento.

Alguns já me perguntaram, quando cheguei à Assembléia Legislativa, porque não iniciarmos agora as audiências públicas. Eu entendo que essa discussão ficaria prejudicada nos pólos, em função do período eleitoral, porque em qualquer lugar deste Estado ou deste país o assunto principal é política. Eu acredito que nós teremos que dar esse tempo, até encerrar o período eleitoral e, daí sim, definitivamente, nós estabelecermos esse calendário de discussão, para que possamos fazer uma discussão que não sofra influência política partidária nenhuma e para que o interesse maior seja o interesse do Estado e da sociedade mato-grossense.

Então, de antemão, agradeço a presença de todos, a participação de todos, em especial, à equipe do Governo - eu vejo aqui que a SEPLAN está em peso. Muito obrigado, Secretário Yênes Magalhães. Esta Casa tentará ser a mais responsável possível na votação dessa matéria, porque nós entendemos a importância dela. Para isso, teremos uma equipe de técnicos capacitados que também estará presente nesse seminário e nessas audiências públicas.

Queremos, desde então, contar com o apoio de Vossa Excelência para enviar a equipe da SEPLAN e a equipe do Governo do Estado a esse seminário que faremos no mês de outubro e novembro, cuja intenção é encerrar no fim de novembro, para, no início de dezembro, estarmos com a proposta pronta e acabada para ser votada nesta Casa.

Muito obrigado a todos os presentes! Eu informo, caso haja interesse de alguém da platéia em interpelar os palestrantes, que poderá fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o nosso Regimento Interno. O interpelado terá três minutos para resposta, que é também o tempo daquele que vai fazer a interpelação.

Convido os ilustres palestrantes, que terão dez minutos para sua explanação, conforme preceitua o nosso Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Lógico que para a explanação que será feita pelo Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento, Dr. Arnaldo - esta é mais demorada -, ele terá o tempo que for necessário, porque o objetivo nosso é entender a proposta. Portanto, o Dr. Arnaldo não tem esse limite de tempo.

Convido, para usar a palavra, o Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Yênes Jesus de Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Boa-tarde a todos e a todas aqui presentes; Presidente Riva; Deputado Silval Barbosa, 1º Secretário desta Casa; companheiro, Secretário Pagot; Deputados aqui presentes. Quero cumprimentar a todos em nome da Deputada Verinha Araújo e do Deputado Dilceu Dal Bosco, que preside a Comissão de Análise do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso nesta Casa.

Quero também cumprimentar o Dr. Marcos Estevan, representando o Ministério do Meio Ambiente. Ele esteve conosco há uma semana aqui e disse que estaria presente. Não é Deputada Verinha Araújo? E honrou. Terá uma missão muito difícil que é coordenar todo o zoneamento deste país, quer dizer, cada zoneamento de cada Estado tem que estar, automaticamente, em consonância com o zoneamento do Estado vizinho.

Então, sem dúvida alguma, terá grande trabalho. Estou preocupado com ele, porque, na verdade, se coordenar Mato Grosso já é difícil, imaginem coordenar este País.

Quero agradecer, Dr. Marcos, pela sua colaboração.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Presidente Riva, nós não vamos fazer uma fala inicial, vamos deixar mais para o Dr. Arnaldo fazer a apresentação. Ele tem um bocadinho de material aí. Não é, Arnaldo? Mas mesmo assim ainda é muito pouco. Nós vamos tentar dar uma noção de como foi esse trabalho, ao longo dos últimos onze anos, que ocorreu em Mato Grosso. Quero ressaltar, neste momento, Presidente Riva, a determinação do Governador Blairo Maggi de promover, de trazer para esta Casa a discussão. Nós poderíamos estar encaminhando uma discussão em nível de Executivo, mas sem dúvida alguma, a Casa do povo é a Casa de Leis. Esta Casa, sem dúvida alguma, é que terá esse papel, sendo auxiliada pelo Governo do Estado. Estou aqui, determinado pelo Governador Blairo Maggi, para colocar todo o Estado, principalmente a Secretaria de Planejamento, à disposição para tantas reuniões, quantas forem necessárias, porque Vossa Excelência colocou muito bem: não tem pressa de aprovar. Eu tenho colocado com muita preocupação o envolvimento da sociedade nesse processo. Então, é muito importante.

Vejo, aqui, representantes de vários segmentos, como o Vicente, como o Ulivar Favreto... Precisamos ter todos os segmentos participando dessa discussão, porque, depois de discutido e aprovado - o Presidente colocou muito bem -, fica difícil você ficar fazendo emenda, uma vez que o zoneamento diz respeito ao modelo de desenvolvimento que nós queremos para o nosso Estado, para o nosso futuro.

Quero fazer um agradecimento muito especial, neste momento, a todos os técnicos da SEPLAN. Faça-o em nome da Maria Aparecida.

Eu sou crítico, Presidente Riva. Eu não sou daquele tipo de pessoa que fica falando mal do Governo passado, mas eu entendo que esse processo do zoneamento deveria ter sido discutido um pouco mais, dentro do Estado de Mato Grosso, durante toda essa fase de diagnóstico, com todos os técnicos do Estado, envolvendo, principalmente, a Fundação Estadual do Meio Ambiente e mais: as universidades, sejam elas federal, estadual ou particular. Infelizmente, foi uma condução dada, foi uma licitação. Contratou-se uma empresa, mas, sem dúvida alguma, faltou um pouco mais de socialização de todo esse trabalho. E essa socialização nós estamos buscando agora, durante a fase de discussão com a sociedade organizada.

Eu quero, neste momento, pedir a Deus que nos oriente, que nos apazigúe, a todos. Eu acho que cada um tem o seu foco de visão, tem a sua maneira de pensar, mas nós precisamos, ao longo desse processo que começa hoje nesta Casa, garantir o papel que o nosso Estado representa no contexto nacional, seja no campo de produção de alimento, seja no campo de qualidade de vida com a preservação ambiental. Eu sempre digo, nós somos um Estado único no mundo inteiro. Ninguém tem essa dádiva divina que nós temos de sermos hoje o celeiro do mundo e sermos também o único Estado no mundo inteiro com três ecossistemas distintos. Então, nós temos que trabalhar.

Eu faço questão de ressaltar uma coisa que eu coloquei aos técnicos da SEPLAN em uma reunião que tivemos na sexta-feira, Presidente Riva. O Governador Blairo Maggi tem muitas virtudes e tem muitos defeitos, como qualquer um de nós. Todos nós temos virtudes e defeitos. Agora, o Governador Blairo Maggi tem uma virtude, que é a que mais mexe comigo, por ser ele um governante. O Governador Blairo Maggi é legalista. Esse é um dos pontos mais importantes. Vamos esquecer outros lados de honestidade, de caráter. Legalidade quer dizer trabalhar em cima daquilo que a lei permite.

Então, é em cima dessa legalidade que nós estamos hoje começando esse processo e vamos discutir tanto quanto for necessário, mas sempre levando em consideração que nós temos hoje um Governador que dá a possibilidade de discutirmos. E que nós possamos, com a ajuda de todos, ouvindo todos, buscar um modelo de desenvolvimento que este Estado quer.

Eu fui mal compreendido quando eu fiz a palestra na AMAZONTECH, quando disse que nós precisamos, Sr. Presidente, os mato-grossenses, aqui nascidos e que aqui moram,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

tomar decisão sobre o que queremos para Mato Grosso. Naquele momento, eu fui mal compreendido, porque houve uma pessoa que disse, pessoa de fora do Estado: “Nós temos que aproveitar o que já foi feito em outros Estados, em outros países”. Sim, nós temos que aproveitar as experiências positivas e até as negativas para que não façamos igual, mas a decisão sobre o que nós queremos para o nosso Estado tem que ser tomada por nós.

Por isso, esse projeto está nesta Casa. São os mato-grossenses que aqui moram, que hoje residem, que fazem este Estado crescer, que, sem dúvida alguma, serão ajudados por Deus para ter a compreensão e a decisão para podermos implementar o modelo de desenvolvimento que queremos para o Estado de Mato Grosso.

Então, eu agradeço a oportunidade.

Logo em seguida, Sr. Presidente, Vossa Excelência vai chamar o Dr. Arnaldo para que ele possa fazer a apresentação. O Arnaldo passou a semana toda com os técnicos, trabalhou para tentar... É muito material... Só vocês conhecendo... Eu faço questão de colocar às pessoas que estão aqui presentes a SEPLAN à disposição. Nós temos uma sala imensa. São onze anos de diagnósticos, de trabalho, de muito trabalho para ser apresentado.

Eu acho que vamos passar dois meses discutindo, Sr. Presidente, e não vamos conseguir 10% de todo material que tem hoje o Governo do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nós é que agradecemos a participação do Secretário Yênes.

Eu gostaria de informar que o calendário proposto, Srs. Deputados, está em minhas mãos. Serão, na verdade, onze datas, sendo que, em Cuiabá, se propõe fazer um seminário no início e um seminário e uma audiência pública ao final. Os pólos seriam Cuiabá, Juína ou Juara, Tangará da Serra ou Diamantino - nós juntaríamos esses pólos porque estão muito próximos - Sinop, Alta Floresta, Cáceres, Rondonópolis, Barra do Garças, Confresa, Cuiabá e Várzea Grande.

Gostaria, também, de informar às instituições presentes que não teremos condições de fornecer um relatório dessa audiência pública para cada participante, mas poderemos fornecer um relatório desse por instituição.

Então, eu peço que o Cerimonial anote as instituições presentes, que vamos pedir para tirar uma cópia, um relatório técnico, inclusive com os mapas, para cada instituição presente.

Concedo, neste momento, a palavra ao Dr. Arnaldo Alves de Souza Neto, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Planejamento, para fazer a sua palestra.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Inicialmente, gostaria de cumprimentar todos...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Antes do Dr. Arnaldo iniciar... O pessoal que está aqui atrás terá dificuldade de assistir à palestra e de ver através do telão. Eu gostaria de desfazer a Mesa nesse período, uma vez que os componentes que estão aqui atrás terão dificuldades para assistir à palestra, através do *data-show*.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Deputado Riva, em seu nome, cumprimento todas as demais autoridades aqui presentes, senhores, senhoras.

Este momento é muito importante para nós, mas gostaria de dizer, desde já, que esta incumbência é muito difícil: tentar mostrar em alguns momentos um trabalho que foi realizado durante 11 anos no Estado e que hoje começamos a discutir junto com a sociedade sua aprovação.

É um trabalho longo, um trabalho que, com certeza, dará uma nova característica, uma nova dimensão do planejamento do Estado de Mato Grosso.

(O PALESTRANTE DÁ PROSSEGUIMENTO À PALESTRA, FAZENDO USO DE *DATA-SHOW*.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Nós fizemos uma proposta de trabalho e vamos tentar encaminhar com a apresentação dessa construção, do que isso representa, porque nos temos certeza de que se não houver um entendimento do que é essa construção, ficará muito difícil discutir com a sociedade. Para discutir, é necessário que ela tenha noção de como foi construído.

Então, a nossa proposição aqui é tentar apresentar para os senhores como foi construído, como foi concebido e como essa ferramenta pode ser usada pela sociedade.

Nós vamos começar falando sobre quatro temas. Começamos com a construção do zoneamento, as diretrizes para o planejamento, a execução de políticas pública e alguns conceitos finais que fizemos questão de colocar, para quebrar alguns paradigmas que existem desde o lançamento do zoneamento.

O zoneamento foi financiado pelo Banco Mundial em cima do PRODEAGRO. Desde o seu lançamento, muita coisa se falou sobre zoneamento. Tem algumas coisas que são verdades e algumas coisas que, infelizmente, ficaram marcadas e que às vezes continuam confundindo as pessoas sobre o aspecto do zoneamento, mas isso nós gostaríamos de deixar bem claro no final.

Na realidade, fizemos a construção do zoneamento e foi dividido em quatro níveis: nível compilatório, nível correlatório, nível semântico e nível normativo-programático. Eu vou falar um pouquinho sobre cada um, mas a idéia é sempre que o compilatório foi onde pegou todos os dados, as fases dos dados; o nível correlatório foi onde você relacionou esses dados. Depois, com relação a esses dados, nós fizemos a avaliação desses dados em cima de unidades. E essa etapa que estamos aqui hoje é onde estamos traçando a sua lei e a sua forma de trabalho. Então, vamos começar falando um pouquinho sobre o nível compilatório.

Foi realizada uma série de levantamentos no meio natural envolvendo geologia, geomorfologia, pedologia. Então, tudo o que se podia levantar no meio natural foi levantado. Depois foi feita, na parte socioeconômica, também, toda uma série de estudos, tudo que pudesse envolver a parte socioeconômica do Estado, e também tudo aquilo que envolvesse os aspectos legais do Estado. Esse foi o nível de levantamento. E vocês vão ver aqui, efetivamente, o que tem em termos de tempo no zoneamento, nesse nível compilatório.

O nível correlatório é onde vamos fazer a análise desses dados, as unidades socioeconômico-ecológicas. Vamos falar muito sobre isso, a USEE, que é muito comum, e vocês vão ouvir durante muito tempo falar sobre isso.

Em cima disso aí caracterizamos essas unidades. E, posteriormente, foi definida a potencialidade, a fragilidade, a vulnerabilidade natural e socioeconômica de cada uma dessas unidades.

No nível semântico, como eu falei, é a avaliação da sustentabilidade dessas unidades. E o nível programático, que é de onde vem a proposição do zoneamento, juntamente com as diretrizes do desenvolvimento regional.

A discussão com a sociedade, que é o momento que começamos agora. E, posteriormente, depois de aprovado, esse instrumento vai ficar constantemente sendo monitorado e avaliado, porque ele não pode encerrar simplesmente essa discussão aqui. Ele vai continuar essa discussão. Ela é a uma manutenção constante.

Para começar a fazer o zoneamento, na realidade começamos pelo diagnóstico, que foi construir uma base de dados dos aspectos naturais socioeconômico do Estado de Mato Grosso, envolvendo principalmente as potencialidades e a vulnerabilidade naturais e socioeconômicas, o uso atual, os manejos utilizados e as melhores alternativas de apropriação do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

território. Envolvemos aí os interesses sociais, econômicos e a conservação natural, sendo que esse diagnóstico tem como objetivo maior a base técnica para elaboração do zoneamento.

Aqui é o grande representante do zoneamento. Ele representa 80% de tudo o que foi feito no zoneamento. Depois que eu custei um tempão para levantar esses dados -e foram muitos dados – é que então pudemos relacionar uma coisa com a outra. E aí sim, nós começamos a pensar no zoneamento.

Então, 80% do projeto foi essa parte do diagnóstico. Foram feitos mapas e relatórios da escala de um para duzentos e cinquenta e um para um milhão e meio, envolvendo os meios físico, biótico e o socioeconômico.

Os principais produtos, e isso aí é aquilo que o Sr. Yênes fala, aquilo que nós temos lá, o *showroom*, é uma área onde estão armazenados todos esses trabalhos que foram levantados, e é composta de 67 cartas e relatórios técnicos de cada um dos temas na escala de um para duzentos e cinquenta mil, envolvendo os temas em branco, depois tivemos os mapas na escala de um para um milhão e meio, também vários temas levantados. Depois os cartogramas dos temas socioeconômicos, um total de produto entre mapas e relatórios em torno de 1.078 produtos.

Além disso, todo esse material que foi coletado, que foi pesquisado ao campo, muitos deles se transformaram em acervo. No caso, hoje tem duas que já estão à disposição da UFMT e também da USP, em São Paulo, que são as espécies de fauna e as amostras das plantas. E tem ainda a questão de levantamento. Todas as amostras de rocha que foram encontradas no Estado, que devem, futuramente, ser encaminhadas também para a universidade, estão em fase final para serem encaminhadas para a universidade porque fica, inclusive, como meio de comparação, que é quando se quiser fazer qualquer comparação dentro do Estado de alguma peça, alguma coisa que se queira pesquisar, pode procurar lá no herbário da universidade e pode ter o modelo de comparação. Então, isso é um instrumento fundamental para a análise de desenvolvimento e pesquisa no Estado.

Aqui eu coloquei alguns exemplos, no caso do meio físico, de alguns mapas. São vários. Eu só coloquei alguns para que pudéssemos ter um pouco de conhecimento. Aqui o mapa geológico na escala de um para um milhão e meio; geomorfológico, também, todos esses mapas na escala de um para um milhão e meio; mapa de solos, é mais colorido, ele tem um pouquinho mais de facilidade de leitura por menos legenda; mapa climático, também mais fácil; mapa das bacias hidrográficas, bem detalhada, bem separada. Aqui, já passando para o meio biótico, alguns mapas, como exemplo aqui o mapa de vegetação.

No caso, ainda, da fauna, vários estudos das aves, mamíferos, répteis, anfíbios e peixes foram realizados, todos possíveis. Ali, embora apareça um teiú lá em cima, estamos mostramos o ninhal de Cabeça Seca, a cobra coral verdadeira, algumas espécies... E aqui vem um pequeno e importante detalhe que nós também tivemos dificuldade na discussão com a sociedade, porque, antes de levar para a sociedade, verificamos que vários dos textos, temas e nomes científicos dificultariam muito o entendimento da sociedade para analisar.

Então, quando nós falávamos lá daqueles nomes que vimos lá, da cobra coral, daquela perereca que aparece lá, eu canso de falar para o pessoal que não dá para entender, são nomes que efetivamente dificultariam o nosso entendimento com a sociedade. Então, passamos praticamente mais um tempo traduzindo isso em nomes que a sociedade pudesse entender mais, não só na parte da fauna, mas como um todo dentro do zoneamento. Aqui, inclusive, foram achados, no caso, uma espécie que não tem nenhuma identificação, e que foi identificada na região de Cláudia, uma espécie que não existia, não tem estudo sobre ela, ela tem um nome lá que recuso a falar porque é difícil. Mas, com certeza, é uma espécie nova que foi detectada nessa pesquisa que foi realizada durante o diagnóstico. Aqui a grande diferença do nosso zoneamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Outro dia eu estava discutindo com o Marcos de que é muito fácil, não é muito fácil, é difícil, mas é mais fácil fazer o zoneamento econômico-ecológico porque são duas variáveis muito fáceis de tratar. Mas esse zoneamento do Estado tem uma variável que é muito complicador e é ótimo para nós que trabalhamos com planejamento, que é o socioeconômico, porque no socioeconômico você estuda toda uma dinâmica muito maior, são vários assuntos que são relacionados na parte socioeconômica. Em cima desses assuntos, para cada assunto desse foi feito um mapa, foi feita pesquisa, foi feita uma série de informações que, com certeza, hoje vão nos ajudar a realizar uma melhor forma de planejar este Estado.

Eu só coloquei alguns exemplos entre alguns mapas existentes, o mapa socioeconômico, que aí no caso é o mapa da condição de vida no Estado de Mato Grosso...

A Sr^a Verinha Araújo (DA PLATÉIA) - Esses mapas, nós vamos receber?

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Esses estão à disposição, Deputada Verinha Araújo. Aqui só vieram três mapas, então, nós temos uma série, são todos aqueles sessenta e sete mapas, porque os temas têm os seus mapas. Esse daí, por exemplo, é o mapa das grandes regiões econômicas, eu não coloquei a legenda, porque como vocês podem ver o número da legenda são muito pequeninos e não daria nem para mostrarmos no *slide*, mas só para mostrar que todos esses mapas estão feitos, estão disponíveis.

Também no meio socioeconômico foram feitas análises nas áreas urbanas, então, algumas coisas vão aparecer, como por exemplo na região de Peixoto de Azevedo, que foi feito num processo anterior, sem ordenamento. Então, quando foi feito, aparecem algumas edificações comerciais que estavam abandonadas na época. E o croqui, por exemplo, buscando nessas cidades pólos... Nem todas as cidades de Mato Grosso estão feitas em forma de croqui, mas geralmente naquelas cidades que tinham tendências a serem cidades pólos de suas regiões foi feito, também, o croqui, mostrando a organização, o ordenamento dentro da cidade. Então, é muito rico, em termos de informações, esse diagnóstico.

Também tenho algumas demonstrações de usos inadequados. Foram levantados muitos usos inadequados. Eu trouxe alguns exemplos.

Aqui no caso, a vista do garimpo do Sararé, mostrando aqueles grandes aluviões, a formação de voçorocas, que são de conhecimento de todo mundo. Então, tudo isso que podia ser levantado, foi levantado.

Aí no caso, ocupação em córrego. Está até especificando a cidade o nome do córrego. Lá em Tangará da Serra.

Ali o caso da instalação de uma cerraria e o lançamento de resíduo industrial direto no córrego.

Então, tudo isso foi levantado para que nós pudéssemos pensar em planejar todo o processo do Estado, mas também foram levantadas coisas boas do Estado, para que nós também pudéssemos fazer o nosso planejamento em todos os sentidos. Então, o diagnóstico vai de “a” a “z”.

No caso, vamos mostrar algumas coisas que são superinteressantes, como os potenciais turísticos, econômicos e culturais. Estão aí algumas fotos para darmos uma refrescada aqui.

(NESTE MOMENTO, O PALESTRANTE MOSTRA FOTOS.)

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - É muito grande o nosso potencial turístico, econômico e cultural. Por isso nós temos que procurar cada vez mais explorar o nosso Estado em todos os sentidos.

(NESTE MOMENTO, O PALESTRANTE MOSTRA AS FOTOS.)

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Aqui, neste momento, começa-se a sair do diagnóstico, em que tem uma série de dados levantados que nos permitiram, então, fazer

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

uma divisão do Estado, em função dessa série de dados levantados em doze regiões, neste primeiro momento. E aqui nós a chamamos de regiões de planejamento, que foram delimitadas a partir das influências ajustadas em função dos aspectos físicos e bióticos.

Então, aqui é a primeira parte do que nós começamos falar da divisão do Estado em regiões de planejamento. E, aqui, nós começamos, então, a transferência da parte do diagnóstico para o zoneamento efetivamente dito.

Então, já temos todos esses dados que levantamos, chegando à fase de dar um salto no trabalho, entrando aqui no nível correlatório.

Aí começam a analisar todos aqueles diagnósticos, todos aqueles dados existentes, transformando aquilo em subdivisões e delimitações dentro do Estado, de forma que, quando tivessem as mesmas características, homogêneas, delimitadas em função das suas potencialidades, vulnerabilidades, tanto na parte natural, como socioeconômica seriam criadas as Unidades Socioeconômico-Ecológicas, que são as famosas USEEs. Hoje, são noventa e três em todo o Estado que já foram criadas.

Nessa parte, também, já começa a misturar a questão nível semântico, que é a qualificação dessas unidades. E aqui nós começamos a falar um termo novo, que aparecerá daqui pra frente em todas as nossas falas, que é a sustentabilidade dessas Unidades Socioeconômico-Ecológicas, que vem a ser a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em fases e interferências antrópicas realizadas.

Definir a sustentabilidade das USEEs - eu estava conversando há pouco com o Aréssio - é difícil se não tivermos uma metodologia e se não estiver claro, porque se for só de opinião, da pessoa chegar lá e falar, haverá um debate que não acabará nunca, porque cada um verá a coisa de uma forma. Então, para isso foi construída uma forma de se definir essa sustentabilidade. Então, para isso três variáveis foram analisadas para qualificar, tanto no aspecto físico, como biótico e socioeconômico. Então, nós analisamos a qualidade do ambiente natural, a eficiência econômica e a condição e qualidade de vida da população. A somatória dessas avaliações é que vão fornecer a sustentabilidade da Unidade Socioeconômico-Ecológica. E cada uma delas recebeu um tratamento.

Nós fizemos de uma forma bem simples, como se fosse uma régua. Vamos falar um pouco sobre cada uma. Não dá para falar sobre tudo, porque é muito tema, mas vamos falar um pouco sobre cada uma dessas réguas.

Então, tem uma régua que mede a variação da qualidade do ambiente natural, que vai de 01 a 10; temos uma outra régua que vai avaliar a eficiência econômica e uma que avalia as condições da qualidade de vida.

Nós vamos tentar colocar um pouco sobre cada uma para que possamos ter, então, uma visão. A avaliação da qualidade do ambiente natural, por exemplo, é baixa: um ambiente em domínio florestal, savânico, muito alterado, em área de predisposição à erosão. Então, são áreas que foram ou estão, efetivamente, em condições de baixa utilização, devido a usos diversos: nós tivemos exploração de ouro, exploração de diamantes, uso até mesmo na parte agrícola, em que, às vezes, não estávamos preparados nessa própria região.

Depois, nós tivemos uma outra alternativa que é avaliação média baixa: avaliação de ambientes de formações florestais alterados, com potencial biótico muito reduzido e ambiente de savana muito alterado pelo amplo domínio da pecuária.

Então, em todas essas notas, em todas essas avaliações, existe uma série de observações que foram colocadas. Nós trouxemos algumas, aqui, a título de exemplo, a título de colocação, para que fosse observado que não foi assim achando, mas foi levantada e estipulada uma média em cima das suas condições.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

A mesma coisa foi feita em cima da avaliação econômica: presença de médios e pequenos produtores voltados à pecuária... Então, tem toda uma série de recomendações que foram feitas para definir cada uma dessas notas. E vocês vão ver que essas notas, no futuro, vão definir a qualidade da sustentabilidade de cada unidade dessa.

Essa aí, no caso, é a avaliação da eficiência econômica e a avaliação da condição de qualidade de vida. Também, alguns exemplos do que foi pesquisado e levantado.

Nós não quisemos entrar em muitos detalhes, nem ficar mostrando muito cada um desses espaços, porque sabemos que demanda um tempo muito grande, e não é o caso, porque está tudo escrito. Isso está tudo relacionado e também está, inclusive, à disposição na página da SEPLAN, cujo endereço vamos colocar ao final, ali. Mesmo não tendo cópia, Sr. Deputado, já está disponível na página da SEPLAN para todo mundo que precisar e quiser conhecer cada passo.

Então, em cima dessas três réguas, nós começamos a fazer a avaliação da sustentabilidade das Unidades Socioeconômico-Ecológicas. Lógico que aqui no Estado nós temos uma diversidade muito grande. Aqui dentro do Estado, nós costumamos dizer, o Yênes fala sempre, que aqui é um País, e nós escutamos todo mundo dizer que isso é um País. Em cima desse País, nós não podemos achar que basta fazer uma avaliação simples desse jeito, porque o Estado é todo igual. Não é! Nós temos três grandes ecossistemas e por aqui nós temos que começar a dividir o Estado em três situações, três grandes domínios: formação de florestas ou contato floresta/savana em regiões pouco ocupadas, com graus distintos de alteração, mas com ambientes mais preservados, integrantes ou não de áreas de fronteira recente - essa é uma condição -; e outra condição que encontramos são formações savânicas de transição em regiões de fronteira recente ou em processo de consolidação; e uma terceira, ainda, que são regiões de ocupação consolidada.

Então, em cima de cada uma dessas, não se poderia usar a mesma nota em todas elas, porque em uma a qualidade ambiental é maior, em outra a eficiência econômica é maior, ou vice-versa. Então, onde é que temos uma qualidade ambiental natural? Na região noroeste, por exemplo, que é a região da Floresta Amazônica em si, a qualidade de ambiente natural é maior, então, ela recebeu um peso de 40%, mas a eficiência econômica é menor, a condição e a qualidade de vida também são menores, então, recebeu um peso de 30%.

No caso de regiões consolidadas, regiões onde já existe processo de exploração, que já está inclusive produtiva, com maior ou menor sustentabilidade, nessas, o que entra como peso são as variáveis socioeconômicas. Então, ela recebe um peso muito maior, tanto na eficiência econômica quanto na qualidade de vida. E nesse caso o ambiente natural recebe um peso menor.

A terceira condição é aquela que nós chamamos aqui no Estado de áreas de transição, que são aquelas que estão nesse meio-termo. Então, nesse caso, a divisão é qualidade do ambiente natural, 35%; eficiência econômica, 35%; e condição de qualidade de vida, 30%.

Então, em cima de cada uma dessas, a partir disso aí, é que se definiu a equação da sustentabilidade de cada uma das unidades socioeconômico-ambientais, com essa fórmula, que seria cada uma das três réguas somatizadas. Quanto maior o valor alcançado, melhor a qualificação da sustentabilidade obtida.

Aqui nós colocamos alguns exemplos da régua. Por exemplo, vai ter uma avaliação baixa, que é de 1 a 2,5, quando nenhuma ou apenas uma das variáveis realizadas resultou no nível aceitável. Quando uma ou duas variáveis apresentarem os níveis aceitáveis, a avaliação é de 3 a 4,9. A sustentabilidade de 5 a 6,9 é quando duas variáveis analisadas apresentam níveis aceitáveis de qualificação. Esses são só alguns exemplos.

Quando os senhores abrirem lá no caderno, há uma série de coisas para mostrar. Médio-alta é quando a maioria das variáveis analisadas apresentou níveis aceitáveis de qualificação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

E nós temos a qualidade alta quando todas as variáveis analisadas apresentarem parâmetros de alta qualificação.

Aqui no Estado não temos. Nenhuma das unidades atingiu o nível alto. Nós temos unidades médio-altas, mas nível alto não temos nenhuma das unidades criadas no Estado que tenha atingido nota maior que 09.

Nós colocamos aqui alguns exemplos só para se ter uma idéia. São 93 unidades e nós aproveitamos aqui o espaço para colocar alguns exemplos.

Por exemplo, aquela região do Pantanal - quem estiver com o mapa vai ver que é a unidade 57 -, que fica bem embaixo, tem um ambiente natural muito alto, condição de vida baixa e deficiência econômica baixa. Então, não foi nem possível fazer a sustentabilidade dessa unidade, porque ela é muito insipiente na área econômica.

Na região de São José do Xingu, pegamos dois trechos: à direita, que fica para o lado de Tocantins, que pega um ambiente natural baixo, com condição de vida baixa e deficiência econômica baixa. Então, a sustentabilidade dela é baixa.

Quando mudamos para o lado esquerdo, verificamos pela própria colonização, pela utilização naquela região, que já muda a característica. Do outro lado do Xingu: média, baixa, baixa e média. Ela tem uma sustentabilidade médio-baixa.

No caso de Alta Floresta, já pega médio-baixa no ambiente natural, médio-baixa na condição de vida e tem alta deficiência econômica. Então, ela é média.

Um parâmetro diferente é o caso da região de Primavera, que é a unidade socioeconômico-ecológica 42 no mapa, que tem uma baixa nota em ambiente natural, condição de vida alta e deficiência econômica média. Só para ter uma idéia, ela é a das mais altas notas de sustentabilidade da unidade socioeconômico-ecológica. E aqui queremos quebrar um pouco aquela idéia também de que as notas ou qualquer coisa são voltadas somente, única e exclusivamente, a um tema. Não é só um tema. Nós não estamos analisando a questão deficiência econômica, ou a questão ambiental, ou a condição de vida. É todo o sistema junto. O agrupamento de todas elas é que vai dar a sustentabilidade da unidade socioeconômico-ecológica.

Não adianta eu ter um ambiente muito alto, como é o caso da unidade 57, que eu não consigo nem ter uma avaliação. Ela é insipiente no conceito de avaliação. Em compensação, Primavera, que todo mundo conhece a região, tem uma baixa qualidade ambiental, mas tem a média mais alta de sustentabilidade dentro do Estado. Então, para cada uma das unidades tem todas essas notas aí.

E aqui começamos a fazer a transposição das unidades para as zonas. As unidades socioeconômico-ecológicas são marcos de referência espacial para identificação das diferentes possibilidades de apropriação dos recursos naturais para a sociedade de forma adequada e sustentável, segundo a capacitação de suporte dos componentes naturais.

As zonas representam a categoria de intervenção que será feita numa determinada unidade ou subdivisão dela, a partir das condições intrínsecas dessa unidade. Então, aqui começamos a fazer a transposição das unidades para as zonas.

Vamos falar, então, das categorias de uso. Quando eu mostrar um exemplo ali na frente, eu vou falar sobre as categorias de uso. Há cinco categorias de uso. A primeira delas é a de uso restrito, que compreende as áreas consideradas de interesse, manutenção ou melhoria do seu estado de conservação, com o intuito de permitir o uso dos recursos naturais de forma planejada e limitada, compatibilizando esse uso com a proteção ambiental. Essas são as áreas que são consideradas de uso restrito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

As áreas de uso controlado compreendem as áreas de interesse, manutenção ou melhoria do seu estado de conservação, ou que possui fragilidades específicas, ou se destinam à contenção da pressão antrópica sobre as zonas de uso restrito.

Terras indígenas ou unidades de conservação, para essas áreas são admitidas usos diversificados, obedecendo às normas especiais de controle.

Áreas de uso a readequar, que temos três divisões, compreendem as áreas de ocupação antiga ou em processo de consolidação. Para garantir o seu desenvolvimento sustentado, são necessárias ações de recuperação ambiental, reordenamento da estrutura produtiva, fortalecimento da agricultura familiar e fomento das atividades não-agrícolas nas áreas rurais.

No mapa que a Deputada Verinha Araújo estava abrindo na hora que nós chegamos, está mostrando claramente isso. Por exemplo, tem algumas áreas onde foram plantadas indistintamente, ou onde foi explorado o ouro, ou onde houve uma série de explorações, que hoje necessitam ser recuperadas dentro do Estado.

Nós temos algumas áreas que foram transformadas em áreas produtivas e que, de repente, aquela produção não era condizente com aquela área. E, hoje, nós temos que modificar aquele processo, melhorar, reordenar aquela forma de produção.

Há uma outra área que há muito tempo no Estado também teve uma exploração muito grande, aqui na região da fronteira com os outros países, que tem que fortalecer a agricultura familiar e fomentar atividades não-agrícolas nas áreas rurais.

Então, podemos observar bem aqui na região de Cáceres. É uma região amarela ali no mapa. Está bem próxima a Cáceres, que é uma região que antigamente foi produtiva, mas vem sendo desativada. Hoje, temos que fortalecer o desenvolvimento da agricultura familiar.

No caso ainda, a área de uso a consolidar, compreende as áreas que se encontram em processo de consolidação das atividades produtivas ou já consolidadas, que concentram a porção mais dinâmica da economia estadual para as quais são recomendadas ações de intervenção para manutenção ou intensificação das atividades existentes, tendo em vista a sua sustentabilidade.

E as categorias de uso especial, que sempre dão muita dúvida, são aquelas legalmente instituídas. Hoje, no Estado, nós temos as terras indígenas, nós temos as unidades de conservação federais. Então, aquelas que são já definidas por lei é que são consideradas de usos especiais. Não existe, às vezes, e causa muita dificuldade para as pessoas entenderem categoria de uso especial, mas é aquela que, por lei, foi determinada.

Se aqui a Assembléia Legislativa, em conjunto com a sociedade, definir uma área como sendo uma unidade de conservação, ela passa a ter uma categoria de uso especial. Então, essas cinco categorias, em cima de todos aqueles dados que estão lá, vêm classificar as zonas que estão hoje no mapa. Em cima dessas zonas é que então foram feitas as diretrizes.

Então, no caso, nós pegamos um exemplo, a zona 42A, o primeiro item significa qual tipo da categoria que é daquele uso que nós vimos; o segundo é a zona; e o terceiro é a subzona. Isso está no caderno, fica fácil analisar.

Nesse caso, pegamos uma área na região de Sorriso, que tem uso a consolidar em área com predomínio de agricultura moderna, pecuária, suinocultura, com área de influencia no pólo regional de Sorriso.

Indicação: indicada a consolidação da agropecuária moderna, com incentivo a práticas conservacionistas, estabelecimento de plano e controle de monitoramento do uso de defensivos agrícolas, fortalecimento das funções urbanas e de apoio à produção no pólo regional de Sorriso. Isso é indicação. Daí vem várias diretrizes, eu coloquei apenas algumas, ficaria muito difícil ficarmos falando sobre cada uma delas aqui porque é só uma repetição de texto, mas vocês têm isso em cada caderno, em cada informação, as diretrizes que aqui, sim, nós vamos discutir se essas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

diretrizes são competentes a essas áreas, se essas diretrizes estão em consonância com essas áreas, com o que foi levantado.

Então, nós temos algumas diretrizes levantadas, no caso dessa zona 4,2^A. Foram colocadas algumas dessas diretrizes, e nós estamos com todas elas disponíveis no *site*. No caso, nós pegamos uma outra zona bem na região de Cáceres, que já é diferente. Então, aqui no caso é indicada para pecuária extensiva acompanhada de ações conservacionistas, limitadas aos usos e aproveitamento de savana como pastagem natural. Então, tem uma série de indicações para ela.

Então, em cada zona os senhores sempre vão encontrar qual a indicação dela e quais as diretrizes para que elas possam ter suas melhorias, ou que ela possa se manter, ou que cada vez nós possamos mais incentivar, ou melhor, levar recursos para melhorarmos a condição dessas unidades.

Nós queremos só fazer um espaço para dizer o seguinte: em cima de todas essas informações, em cima de tudo isso que foi apresentado de uma maneira bem rápida, e não poderia ser diferente, pelo tamanho, queremos dizer o seguinte: o zoneamento é um instrumento. É um instrumento para a Secretaria de Planejamento de qualquer unidade, de qualquer cidade, principalmente do Estado de Mato Grosso, porque é o momento onde a gente consegue ver o Estado de forma regional. E, se eu quiser trabalhar a unidade, aí sim, vou trabalhar em nível do município, mas quando vamos discutir em questão do Estado, nós vamos estar falando em cima das regiões, em cima daquelas doze regiões definidas anteriormente.

Nós sempre temos sido questionados e muita gente vai lá na SEPLAN e nos pergunta: “o que é que o zoneamento pode fazer lá na minha cidade?” Nós mostramos o mapa e o cara chega perto da gente e fala assim: “Mas não pode, aqui tem uma ponte, essa ponte para cá não é assim”. E a gente fala: olha, é difícil enxergar, nós estamos na escala de um para um milhão e meio, e como é que você consegue enxergar uma ponte? Então, é difícil. Quando vamos falar nessa situação de que podemos dizer que aqui tem uma ponte, aqui tem um rio, nós estamos trabalhando numa escala muito mais baixa, e por isso a visão do zoneamento não é uma visão de definição, é uma visão de planejamento. Eu não posso definir se uma área tem mais árvore, menos árvore, tem um rio ou não tem um rio, se quiser analisar só pelo mapa que foi elaborado sobre o zoneamento, mas posso, sim, dar as diretrizes regionais para aquela região. Por isso é que tem uma diferença muito grande, em que às vezes somos questionados sobre a utilização do instrumento zoneamento como sendo um instrumento que defini se pode queimar, se não pode queimar, se pode uma série de coisas em termos dessa potencialidade.

No caso do zoneamento aplicado ao planejamento, aqui são as grandes oportunidades da SEPLAN, aqui são as grandes oportunidades de qualquer sistema de planejamento, principalmente. E uma coisa que tem sido discutida neste Governo, com muita ênfase não só pelo Executivo, mas também pelo Legislativo, inclusive com publicação, é a regionalização dos nossos trabalhos. Então, o zoneamento vem para facilitar esse processo.

No que ele pode nos ajudar como instrumento de planejamento? Ele pode identificar as oportunidades de investimento e as potencialidades de cada região; a proteção dos investimentos pelo conhecimento da capacidade de suporte em cada zona, evitando que, às vezes, façamos alguma ação sem que aquela unidade tenha capacidade de executar; estimular o desenvolvimento regional pela especificação de suas lotações; orientar os programas de incentivos fiscais e fomento; subsidiar a elaboração de um planejamento estratégico de longo prazo para o Estado; subsidiar a elaboração de políticas, programas e projetos do Governo; orientar a locação de infra-estruturas, serviços públicos de forma regional; justificar e subsidiar a capacitação de recursos junto ao Governo Federal, iniciativa privada e organismos internacionais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Aqui, nós temos sempre uma colocação a fazer: O Estado tem sido um dos Estados mais carentes em termos de projetos junto ao Governo Federal. E muito disso é pela própria falta de informação nossa, de dentro do Estado. Com certeza, utilizando desse instrumento, teremos condições de gerar projetos com muito mais informação e mais consistência para que possamos tentar captar recursos junto ao Governo Federal.

Orientar a proteção de áreas frágeis, de alto interesse para a biodiversidade; orientar as políticas de gestão ambiental, conforme característica de cada região; organizar os estudos e pesquisas dentro das políticas de ciência e tecnologia, aproximando-as das necessidades de cada região.

Também temos sido muito questionados se essas diretrizes são rígidas. Nunca foram rígidas e nunca serão. Nós temos um grande exemplo neste Estado, se vinte anos atrás alguém dissesse que seríamos esse potencial em soja, que se poderia plantar soja onde se plantada hoje, o chamariam de doido. Mas a tecnologia e o estudo que foi elaborado fez com que isso acontecesse.

Então, essas diretrizes que estão aqui, se em algum lugar se diz, às vezes, que não é recomendável, porque não se proíbe, mas se nos diz que não é recomendável a uma determinada ação, quem sabe investindo em ciência e em tecnologia não conseguimos mudar essa característica! E aí vamos cada vez mais mudar as condições até de aplicação dentro do nosso Estado, e servir como base para manutenção de um sistema de informação do Estado.

Aqui nós vamos falar só uma coisa sobre a importância da questão dos dados. É importante que o Estado seja um pouco independente em relação aos seus dados. O Estado precisa ter dados próprios. O Estado, ao longo do tempo, não só o Estado de Mato Grosso, mas todos os Estados, é muito dependente dos dados do Governo Federal. E isso dificulta uma ação regionalizada, tão proposta aqui no próprio documento apresentado pela Assembléia Legislativa, em que nos baseamos no IDH. E acho que é um grande índice, mas, infelizmente, é um índice que não tem a visão do Estado de Mato Grosso, somente. Ele compara Mato Grosso com uma série de atribuições, é um índice decenal. Então, quer dizer, se hoje precisar tomar uma providência imediata em relação ao IDH, realmente, dificulta um pouco para nós, pela sua periodicidade. Mas, com certeza, ele é um ótimo indicador. Não que ele não vá ser um indicador, é um indicador bom, mas nós temos que criar indicadores para acelerar a nossa avaliação dentro do Estado.

Todos esses dados que o zoneamento tem, nós temos que buscar hoje. E para isso, foi determinação do Governador e do Secretário Yênes Magalhães, fizemos e estamos constituindo na SEPLAN um grupo para trabalhar somente indicadores. Às vezes pode parecer que é uma coisa simples, mas não é. Em nível nacional não existe quem trabalhe indicadores. Hoje se trabalha indicadores, em nível de IBGE, de unidades específicas. O próprio Governo federal, para elaboração do seu PPA, teve uma dificuldade imensa a ponto de ter que convocar pessoas de diversas áreas para tentar montar os seus indicadores, porque não existe no Brasil, hoje, quem trabalhe com a questão de indicadores.

Nós queremos, na SEPLAN, montar esses estudos de indicadores, principalmente, levando-se em conta todos esses dados que já foram levantados pelo zoneamento.

Eu gostaria, aqui, de fazer um aparte e uma defesa, nesses longos onze anos. Tudo que falamos, aqui, num conceito resumido, foi o que se fez e o que está se fazendo. Vocês terão essa disponibilidade de trabalhar, aprovar e discutir.

Temos quatro conceitos que não gostaríamos de terminar sem falar deles, porque em todas as reuniões em que falamos de zoneamento esses quatro temas são levantados. Eu acho que tem que se jogar uma pá de cal em cima disso aqui, porque isso aqui não se pode ficar discutindo toda vez.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu gostaria de falar um pouquinho sobre cada um desses aí, dando um depoimento técnico, de quem trabalhou nesse processo e que conhece um pouco de todos esses quatro temas que estão aí.

Muito se questionou sobre a licitação do zoneamento. Isso aqui não tem muito o que questionar. Isso aqui foi uma licitação feita pelo Projeto PRODEAGRO, financiado pelo Banco Mundial e existia uma licitação própria para a situação. Não foi feita uma licitação comum, foi feita uma licitação internacional que foi acompanhada pelo Banco Mundial. Todas as pessoas foram convidadas para participar. Teve a participação do Ministério Público, teve a participação de todas as pessoas representativas que fizeram avaliação. Buscou-se avaliação em vários. Na avaliação do Banco Mundial ele demorou mais de dois meses só na pasta de avaliação

Então, essa questão da licitação é uma questão que não temos como discutir mais. Quem ganhou foi a CNEC, lá de São Paulo, mas poderia ser um grupo aqui de Cuiabá. Ganhou aquele que, efetivamente, ofereceu as melhores condições de preço e técnica. Então, não temos que ficar discutindo mais, quando falarmos de zoneamento, sobre a questão da licitação.

A outra coisa também que se questionou muito foi a questão dos custos dos projetos.

Ele não está aqui, não está presente, mas eu posso falar, porque ele esteve na nossa sala. Eu falei com o Estevan, e o Gilney Viana esteve na nossa sala discutindo a questão da utilização dos dados do zoneamento, para um convênio que foi assinado com o Ministério do Meio Ambiente quanto a questão da BR-163. Eles queriam fazer um levantamento em relação a BR-163, e o Gilney Viana nos pediu que utilizássemos esses dados na BR-163 para elaboração desse diagnóstico de todo esse trabalho a ser feito.

E, quando ele chegou lá, uma das coisas que fizemos questão de discutir com ele foi uma coisa de que ele sempre falou nesta Casa: os custos do zoneamento. Nós mostramos a ele que ele tem a interpretação correta, mas a visão errada, porque, na realidade, quando se fala que o zoneamento custou U\$26.8 milhões de dólares, estes são valores históricos. Isso foi pago desde 1995. Então, quando, em 1995, isso começou a ser feito - nós fizemos um comparativo para que o pessoal pudesse entender -, o dólar era R\$0,945; e o salário mínimo que era R\$100,00, correspondia a U\$106.00 dólares. Em 2000, o salário mínimo era R\$200,00, que correspondia a U\$66.00, considerando ali o valor do dólar.

O custo histórico do zoneamento foi de R\$34.662.031,00. Se nós considerássemos o valor do dólar em 1995, ele teria custado U\$36,000,000.00. Se nós considerássemos o custo em 2002, teria custado U\$11,000,000.00. Pela média vemos que U\$28.8 milhões de dólares são históricos, porque ano a ano o dólar foi atualizado e foi feita a planilha com essa atualização.

Aqui tem uma coisa muito importante. Não é o valor do zoneamento que está se questionando, mas a quantidade de informação que temos e o preço que foi pago por isso. E aqui nós comparamos com outro, único, similar que temos no Brasil, que é em Rondônia. Em Rondônia foram gastos U\$20 milhões de dólares para realizar o estudo em 250.000km². O custo por quilômetro quadrado foi de U\$80.00.

O custo do zoneamento em Mato Grosso foi de U\$26.8 milhões para realizar 903.357km², ou 906.357km²... Não é, Jura? Você tanto briga com a questão 906/903, mas, considerando a pior situação, de 903 - por isso fiz questão de manter 903 -, o custo do quilômetro quadrado aqui ficou em U\$29.50. Então, são questões com as quais às vezes ficamos chateados. Temos um problema tão grande para discutir, que é a questão do zoneamento, e gastamos, às vezes, um dia discutindo o custo do zoneamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, achamos que para essas discussões junto à sociedade isso tem que estar bem claro, para que não percamos um tempo grande, tendo a oportunidade de estar discutindo o zoneamento, falando sobre esse assunto.

A outra questão é a legislação ambiental. Isso eu posso dizer para os senhores de cadeira. Quando eu entrei no Estado, estávamos numa grande reunião - eu vim representando uma empresa de Minas Gerais, que é a Mendes Júnior - na época, do Governo do Estado, e me foi falado o seguinte: “nós estamos indo para os Estados Unidos assinar um contrato de US\$300,000,000.00 para construir tudo em estradas”. Esse contrato era o PRODEAGRO.

E a mesma visão que foi feita para o contrato do PRODEAGRO foi feita para o zoneamento. Todo mundo disse o seguinte: “olha, o zoneamento vem aí para resolver o problema da legalização ambiental do Estado. A legislação do Estado vai ser resolvida é com o zoneamento.” Mas não é nada disso. Por tudo que eu mostrei lá atrás, em nenhum momento, falei sobre a legislação ambiental.

A legislação ambiental tem que ser discutida no âmbito ambiental. Se por acaso tivermos ao percurso de levantar todas as discussões que tivemos nos nossos fóruns, nos nossos seminários, para chegar a conclusão de que alguma coisa tem que ser mudada em termos ambientais, isso não será no zoneamento. Nós vamos buscar na legislação ambiental e vamos propor mudança na legislação ambiental, e não no zoneamento. Não é o zoneamento que define a legislação ambiental. Tem toda uma legislação própria.

Então, por isso, toda vez que vamos sentar para discutir zoneamento, a primeira coisa que todo mundo vem perguntar para nós também é sobre a legislação ambiental, mas esse não é o tema que vamos discutir com a sociedade. A legislação ambiental, não.

Uma coisa, também, que todo mundo questiona - esse aqui é talvez um dos pontos que queremos deixar bem claros - é sobre a questão do banco de dados. “Ah, o zoneamento está desatualizado!” Toda vez sentamos... “Ah, o zoneamento está desatualizado.” Não está. O zoneamento, embora tenha começado em 1995, está baseado em algumas informações que são, em todo o Brasil, comuns, ou seja, está baseado em informações de estatísticas, em informações de mapas temáticos, que são eles que vão gerar as informações.

Para a elaboração das diretrizes em 2002, algumas coisas não mudam - pelo menos nos próximos dez anos. Então, na parte em que tratamos dos sócios, quais são os valores que temos? População - censo; IDH - esperança de vida. Todos esses dados são dados decenais. São os últimos dados que foram lançados dentro desse trabalho de zoneamento que está sendo entregue na Assembléia Legislativa. Então, todos os dados que estão aí são dados atuais. Então, não temos o que discutir.

Lógico que se quisermos melhorar o IDH, falar alguma coisa - igual eu disse no início -, efetivamente vamos ter que levantar fora do decenal. Mas para fazer uma avaliação dessa, os dados que temos, que estão levantados são referentes a 2000. Embora publicados em 2002, são levantados até 2000 e compilados durante dois anos, e, então, vão para publicação. Então, o que foi usado no índice de condição de vida? Foi usada população, IDH, esperança de vida...

No caso da estrutura fundiária, foi feito um projeto de pesquisa de campo. Foi feito um diagnóstico. Por que? Porque o IBGE, desde 1985, não publica, não atualizou mais, e isso é de cinco em cinco anos. E não está publicado. Então, por isso o dado que tem é de pesquisa de campo.

Com relação à produção, a mesma coisa. São dados do IBGE a cada cinco anos e que também não estão atualizados, são dados de campo. Então, esses são, efetivamente, dados maiores e melhores do que os produzidos pelo IBGE, porque são dados para o Estado, mais atualizados do que os do IBGE.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

No caso, especificamente, podemos dizer que, pelas informações que tivemos, o IBGE pretende publicar agora os valores dos dois casos, tanto da estrutura fundiária como da relação de produção, parece-me que em 2005.

No caso de uso e ocupação de solo, aqui foi questão de imagem. Então, no caso, até 96 e 97 foram feitas pesquisas de campo e, posteriormente, em 99, que foi atualizado por mapa de área desmatada da FEMA. Para entrega do zoneamento, foi feita uma análise qualitativa nas informações da FEMA sobre a dinâmica do desmatamento, com dados de 2002. Então, foi feita uma análise qualitativa nesse mapa para poder definir o uso e ocupação de solo. Mesmo com isso, nós temos dados bastante atualizados. Agora, nós vamos verificar aqui também o que estuda as cadeias produtivas, que serviram de base para as diretrizes. Essas informações são todas atualizadas. São as últimas informações que, efetivamente, nós temos para o Estado.

Aqui só tem algumas coisas que temos que mostrar, como porque o zoneamento não pára. Por exemplo, não existe nenhuma pesquisa nem banco de dados sobre o potencial pesqueiro. Isso foi feito no campo para a elaboração do zoneamento e que vamos ter que fazer periodicamente, estudar um prazo, porque estipulamos um cenário de 20 anos para que essa pesquisa seja feita de novo. O potencial madeireiro, da mesma forma. Indústrias de madeiras, na questão de informações qualitativas, também tem que ser feito um estudo de campo. E o detalhe florestal, da mesma forma.

Então, na realidade, esses dados são os dados que foram feitos para a elaboração do zoneamento e esses são dados de pesquisa que custa caro e que tem que ser feito um estudo de como atualizar. Mas, como o cenário na elaboração do zoneamento prevê 20 anos de validade nos seus estudos, logicamente, nós estamos começando agora, nós estamos com 2 anos de estudo e temos mais 18 anos pela frente.

Então, na realidade, nós gostaríamos de encerrar, tentando dizer que, quando uma equipe esteve nos procurando lá, representada pelo FORMAD, depois de quatro horas e meia de explicação, em que fomos um pouquinho mais detalhista, um pouquinho só, eu disse para eles que entender o zoneamento em quatro horas era muito difícil. Em um dia é muito difícil. São dez anos de estudos. Isso requer, quem quiser entender efetivamente o zoneamento, o curso extra com duzentas e dez horas, com aulas periódicas, aí nós vamos entender o zoneamento. Mas é um trabalho árduo, um trabalho muito grande. Com certeza, se nós encararmos o zoneamento como uma ferramenta de trabalho da qual podemos extrair, como extraímos de um computador um programa *Excel*, onde nós colocamos um número e sai a conta pronta... Se nós aprendermos utilizar esse instrumento como sendo um programa de computador, ele tem muito a nos ajudar, mas ele sozinho não resolve o nosso problema, com certeza.

A discussão dele com a sociedade, a validação dele, mais importante, a utilização dele como instrumento de planejamento vai fazer com que o nosso Estado possa crescer efetivamente, continuar esse progresso de forma sustentável que ele vem apresentando.

Qualquer consulta que vocês precisarem, no *site* da SEPLAN já foi colocado no item zoneamento e está à disposição todo o material que foi encaminhado para a Assembléia Legislativa. Qualquer consulta, independentemente de qual seja, nós estamos lá à disposição, como o Secretário Yênes falou. No caso de pessoas que estejam fora do Estado, ou aqui mesmo em Cuiabá, pelo *e-mail* da SEPLAN. Podem consultar, que nós temos um pessoal à disposição para atender todas as dúvidas.

Eu espero ter transmitido um pouco daquilo que é zoneamento para vocês, para que possam contribuir neste debate, nas discussões que vão ser realizadas com a sociedade a partir de hoje (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convido as autoridades para recompor a Mesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Concederei a palavra, neste instante, aos Srs. Deputados inscritos. Dentro do tempo regimental, concedo a palavra a Deputada Verinha Araújo.

Concederei antes a palavra ao representante do Ministério do Meio Ambiente, que poderá usar o microfone a nossa esquerda, Sr. Marcos Estevan Del Pratte.

O SR. MARCOS ESTEVAN DEL PRATTE - Boa-tarde a todos.

Cumprimento todos os Srs. Deputados, em nome do Presidente Riva. Agradeço o convite. Cumprimento a equipe do Governo do Estado, em nome do Sr. Yênes Magalhães, a quem agradecemos o convite para participação, em nome do Secretário de Política e Desenvolvimento Sustentável, Sr. Gilney Viana, a quem represento nesta ocasião.

O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico é um programa nacional, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, e possui várias ações descentralizadas sendo executadas, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito estadual, inclusive temos várias demandas às quais procuramos atender, na medida do possível, pedidos inclusive de nível municipal, algumas delas com recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Então, é uma ação e um programa do Ministério do Meio Ambiente de grande envergadura.

Eu gostaria de ressaltar, neste momento, a importância da participação do Poder Legislativo nas discussões e nos debates sobre zoneamento ecológico-econômico, porque o zoneamento ecológico-econômico é ao mesmo tempo um processo de planejamento que gera produtos. Nesse sentido, o envolvimento de vários segmentos sociais e atores econômicos e as Casas Legislativas, o Ministério Público faz com que esse processo ganhe em riqueza e os produtos gerados, tecnicamente, sejam testados e invalidados socialmente.

Hoje, em nível federal, nós temos uma Legislação sobre zoneamento ainda em nível de Decreto, em nível de Poder Executivo. Mas já corre na Câmara Federal projeto de lei de autoria do Deputado Amilton Casara, o que sempre é bem-vindo, para que a discussão sobre esse importante instrumento de planejamento seja, também, inserida dentro dos debates das Casas Legislativas.

O nosso grande desafio, e o que temos sempre tentado incentivar, é transformar esse instrumento de planejamento em uma ferramenta inserida nos sistemas de planejamentos, tanto no sistema federal quanto nos sistemas estaduais, e em todo sistema federativo brasileiro. E o ponto fundamental disso, do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, é que dentro dessa estratégia procuremos inserir a variável ambiental na tomada de decisão, como também um aporte importante para tomada de decisão sem cindir, sem excluir as questões relativas ao desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Mas que isso seja integrado, inserido, e que essa variável ambiental, levada em consideração, possa oferecer melhores condições para que haja eficiência econômica, para que haja eficiência no desenvolvimento e os recursos sejam explorados de maneira sustentável.

Daí a grande importância dessa discussão. E nesse contexto que hora se inaugura, que hora se inicia, a importância de que o produto técnico seja embebido pela discussão pública. Esse é um aspecto fundamental do desenvolvimento desse trabalho. As Casas Legislativas, apropriando-se desse processo, juntamente com os segmentos econômicos, juntamente com a sociedade civil organizada, para que o instrumento tenha, efetivamente, enraizamento público e que seja realizado com discussão pública.

Eu agradeço novamente a participação e estaremos à disposição para colaborar nesse sentido.

O Ministério do Meio Ambiente, o Programa, em particular, colabora com os Estados, com aporte de instrumental técnico através da rede de instituições que trabalha conosco, hoje denominada Consórcio ZEE Brasil, constituída por instituições públicas federais de notória especialização em várias áreas do conhecimento, e também com aporte e colaboração, na medida do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

possível, financeira, correspondendo a um Ministério, como diz a nossa Ministra, que está sempre abaixo da linha da pobreza, mas tentamos, com isso, otimizar e potencializar os recursos que estão à nossa disposição.

Eu agradeço e coloco a inteira disposição a Coordenação do Programa e faço votos que esse debate gere muitos frutos para que o Estado de Mato Grosso tenha efetivamente um desenvolvimento sustentável que ele bem merece. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a palavra, neste momento, ao Dr. José Zuquim Nogueira, Juiz da JUVAM.

O SR. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA - Exmº Sr. Presidente desta augusta Casa de Leis, Deputado Riva, permita-me que, em seu nome, eu saúde a todos que integram esta Casa; Senhores da equipe que integram a representação do Governo do Estado; demais autoridades, senhores e senhoras.

Quando convidado para me fazer presente nesta primeira Audiência, por ocasião da AMAZONTECH, confesso que me apresentava deverasmente preocupado. Preocupado porque o zoneamento, como é do conhecimento de todos, nada mais é do que a evolução do Executivo, do Legislativo, no planejamento da sua Casa e Estado.

Como disse o Secretário Yênes, naquela ocasião, é o momento de nós discutirmos, de coração aberto, o que queremos para o nosso Estado de Mato Grosso.

Eu confesso que a divisão em 12 regiões, de um Estado dessa dimensão, a criação de 42 zonas, 67 subzonas, as unidades de conservação, a instituição das áreas de uso restrito, a forma de readequação de determinadas zonas, determinadas regiões, preocupou-me deveras, principalmente de uso restrito, quando indagava se foram observadas aquelas atividades já existentes na região; quando me indagava se foi observado que a Fundação Estadual do Meio Ambiente já licenciou “n” atividades dentro deste Estado e como ficaríamos, como integrantes deste Estado, com a preocupação de cidadão e de Juiz da Vara Especializada do Meio Ambiente, com essas situações, com essas atividades já em desenvolvimento.

Quero de público agradecer esta oportunidade que me foi dada porque essa explanação tão clara me subsidiou, me deu luz a uma pesquisa. E seria muito prematuro de minha parte tecer, nessa atual conjuntura, qualquer comentário a respeito desse projeto colocado sem antes procurar analisá-lo, sem antes procurar, dentro daquilo que nos foi dado, as diretrizes necessárias.

Quero parabenizar pela iniciativa da discussão, do debate, do qual não poderia, em nenhum momento, furtar-me.

E queria agradecer a Deus por fazer-me presente e com saúde. Muito obrigado e uma boa-tarde a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos ao Dr. Zuquim pelas palavras.

Neste momento concederei a palavra aos Deputados inscritos e, posteriormente, abrirei a palavra para os participantes.

O Dr. Zuquim falou uma coisa interessante. Em todas as localidades que temos ido temos sido indagados a respeito do zoneamento, e esta audiência pública que se realiza hoje é exatamente com o propósito de conhecer minimamente a proposta, porque ela é realmente muito complexa e não é fácil explicar para as pessoas que pedem explicação no interior.

Concordo com o Dr. Arnaldo de que precisaremos de muito mais tempo para entender a proposta no todo. É por isso que nos preocupamos em realizar vários seminários. E, com certeza, através desses seminários vamos preparar inclusive as pessoas para participarem do debate. Porque temos muitos Deputados que têm idéias, sugestões, que querem apresentar emendas, mas não conhecem ainda a proposta e o que podemos fazer realmente para melhorar ou aperfeiçoar a proposta.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Concederei a palavra, neste momento, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a todos os Parlamentares presentes nesta audiência pública, o Secretário Yenês Magalhães, o Dr. Marcos, que representa o Ministério do Meio Ambiente, as autoridades federais que estão aqui, Dr. Zuquim, que é do Poder Judiciário, a todos os técnicos também das várias Secretarias, da sociedade civil organizada que aqui se encontram, os funcionários, as funcionárias públicas.

Primeiro, esse é um tema que com certeza é um grande desafio para nós todos. Eu sou uma Parlamentar, sou professora, pedagoga, não tenho nenhuma especialização na área ambiental, mas eu acho que um pouco da nossa sensibilidade... Vejo que hoje não tem como tratar de qualquer política pública sem levar em consideração a questão ambiental. É um tema transversal, hoje, presente em todas as formulações que escutamos na Assembléia Legislativa, que formulamos ou mesmo que aqui votamos enquanto lei. Eu acho que o zoneamento socioeconômico-ecológico que nos chegou há praticamente três semanas, acho que Dr. Marcos colocou uma questão de que, realmente, o técnico não pode se sobrepor ao político.

Quando você enfrenta um debate como esse, que tem muito de técnico, com certeza, ele não pode ser um empecilho para discutirmos as questões políticas, porque muitas vezes o técnico pode impedir que aprofundemos alguns temas, que vamos ter que aprofundar aqui ao analisarmos o zoneamento, mesmo porque eu acho que tem uma questão que o zoneamento traz de importante para todo o Mato Grosso, que são as informações contidas nele. São informações acumuladas durante anos que, infelizmente, ficaram restritas a grupos, a técnicos, mas não foram socializadas com a sociedade civil organizada, com a população mato-grossense.

Hoje, espero que esses mapas estejam todos disponibilizados no *site* da SEPLAN, todos os mapas. Eu acho, inclusive, Deputado Riva, que esses mapas, agora na hora em que iniciarmos as audiências públicas... Primeiro, as audiências públicas devem ser realizadas, até proponho aqui hoje, nas universidades, como aqui já foi tocado. Que possamos realizá-las na Universidade Estadual de Mato Grosso, nas regiões onde nós vamos estar, na UFMT, nas universidades privadas também. Por que não? E também nas escolas, porque esses mapas que, hoje, nós recebemos aqui, contêm uma série de informações que devem servir de instrumento até para que os nossos professores possam trabalhar a questão do clima do Estado, a questão da vegetação, o potencial do turismo, o potencial de produção de Mato Grosso. Nós temos em relação aos recursos hídricos, por exemplo... Se você for, hoje, nas escolas e ver os mapas disponibilizados são mapas de praticamente 20 anos atrás. Então, por que não, nós aqui, Deputados, trabalharmos com o Governo no sentido de que esses mapas sejam disponibilizados às mais de quinhentas escolas públicas que temos no Estado de Mato Grosso? Cada mapa desse numa escola pública já vai ser um referencial, inclusive, para discutirmos com as crianças, com os jovens que Estado de Mato Grosso nós temos e que Mato Grosso nós queremos construir. Então, nesse sentido de não ficar restrito à Assembléia Legislativa as audiências públicas que nós vamos realizar.

Uma outra consideração que eu quero fazer aqui é que, hoje, foi colocada a responsabilidade do debate para a Assembléia Legislativa, porque a forma como foi formulado, como foi trabalhado o zoneamento com a não participação dos setores sociais, dos movimentos sociais em geral, ficaram ausentes desse debate, dessa formulação, colocando para a Assembléia Legislativa uma grande responsabilidade.

Por isso também quero fazer uma outra ressalva aqui, com relação à ausência da FEMA. A FEMA tinha que estar aqui, eu não sei... Tem alguém da FEMA?
(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Mas, não vejo a FEMA muito presente, inclusive, lá na AMAZONTECH não vi a FEMA na Mesa fazendo a intervenção necessária nesse debate, que é preciso, porque se nós temos aqui desmatamento do ano de 99 reformulado para 2002 - o ano passado nós fomos campeões de desmatamento - este mapa de desmatamento já está defasado. Somos campeões de queimada também. Fruto do quê? Do desmatamento.

Então, tem que ser um tema transversal com a FEMA, tem que ser um tema transversal com a Secretaria de Ciências e Tecnologia... Tem alguém da Secretaria de Ciências e Tecnologia aqui? Nós aprovamos dez milhões de reais para financiamento de projetos da FAPEMAT. Que projetos são esses que estão sendo aprovados? Voltados para que Estado, se ele não estiver colado a esse debate que nós vamos fazer aqui do zoneamento? Então, é preciso que seja um tema transversal com as outras Secretarias. Ele não pode ser um tema, um instrumento só de planejamento e ficar ausente àqueles que vão formular e implementar as políticas.

Uma outra questão que eu queria colocar, com relação à questão conceitual no trato social do econômico e do ambiental, é que gostaríamos que se prestasse mais como um alerta, ou mesmo advertência no trato racional das propostas que deverão ser apresentadas. O termo integração economia/ecologia, freqüentemente, aparece nos estudos de zoneamento com o significado da existência de um somatório entre essas duas áreas do conhecimento, quando, na verdade, deveria se traduzir numa relação híbrida, sociedade/natureza.

No desenvolvimento sustentável o conflito racionalidade econômica x racionalidade ambiental, deve ser substituído pelo equilíbrio sociedade/natureza. Então, os interesses maiores da sociedade devem se sobrepor aos interesses menores, quer dos economicistas/producionistas, quer dos ambientalistas/conservacionistas.

Uma outra consideração que gostaríamos de pontilhar aqui - eu já toquei no assunto - é a responsabilidade que pesa agora neste momento sobre a Assembléia Legislativa, tendo em vista aquilo que já foi tocado pelo Arnaldo quanto à origem, que são os valores despendidos no programa. Ele citou aqui que são vinte e seis milhões de dólares que vão ser pagos pela sociedade por aparente fragilidade das propostas formuladas, em particular no que se refere às categorias de uso definidos na proposta. Não tem como nós não discutirmos o valor utilizado, onde ele foi utilizado... Essa questão vai estar no debate, sim. Hoje, mesmo, eu vi um candidato a prefeito de Cuiabá, no programa eleitoral falando desse gasto do Programa de vinte e seis milhões de dólares. Foi um candidato desses que tem trinta, sessenta segundos... Quer dizer, ele tocou no assunto. Está público esse debate.

Uma outra questão, também, lembrando que para o Pantanal e o seu entorno, envolvendo a área de trinta e um municípios, foi elaborado e publicado em 97, o zoneamento econômico-ambiental e praticamente nada foi executado para atender as recomendações ali contidas, configurando descaso relativo com gasto do erário público nas questões ambientais. Finalmente, a preocupação com a participação das Secretarias de Governo que eu já citei aqui.

Tinha outros pontos que gostaria de tocar, mas o tempo é mínimo e eu vou deixar para que outros colegas Parlamentares possam falar. Além das audiências, Deputado Riva, eu gostaria de propor a extensão desses debates às universidades e às escolas públicas do Estado de Mato Grosso, inserindo-as nesse debate também. Fica a nossa sugestão aqui. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria, antes de conceder a palavra a outro orador, que colocasse na tela o calendário de seminários previstos para que todos tomem conhecimento.

Eu acredito que as universidades estarão inseridas dentro desses debates, serão convidadas. Se quiserem provocar esse debate internamente terão todo respaldo que o Legislativo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

puder dar. Acredito que a SEPLAN também se colocará à disposição para isso. As universidades serão convidadas em todos os pólos.

Dá para perceber que a discussão será bem abrangente em todo o Estado. Não ficará nenhum pólo fora da discussão. Nós apenas pretendemos juntar Juara e Juína, Diamantino e Tangará da Serra, por entendermos que são regiões muito próximas e que poderíamos fazer essa discussão conjuntamente, e também retiramos da discussão o pólo de Sorriso, porque entendemos que está muito próximo de Sinop e não justifica uma audiência pública com toda a estrutura nessa localidade.

Com relação aos mapas, Deputada Verinha Araújo, primeiro, os mapas estão no *site* da SEPLAN; segundo, se não me engano, já tem uma pretensão da SEPLAN de elaborar um atlas com todos os mapas do zoneamento. Eu acredito que seria viável a entrega desse atlas para todas as escolas, as universidades, a fim de ter esse banco de informação.

Concedo, neste momento, a palavra ao Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Deputado Riva, Presidente da Assembléia Legislativa, em nome de quem cumprimento os demais companheiros Deputados; em nome do Dr. Zuquim, cumprimento as demais autoridades.

Quero cumprimentar o Secretário de Estado Sr. Yênes, Secretário de Planejamento, Dr. Arnaldo, Secretário Adjunto de Planejamento.

Em nome do Sandro, Presidente da Associação Mato-grossense dos Engenheiros Florestais, e do Vlamir, da CONDAM - Conselho para o Desenvolvimento da Amazônia, cumprimento todos os participantes, que estão representando a nossa região, representando Alta Floresta. Eu agradeço a presença de todos. Isso demonstra a preocupação das pessoas ao virem de Alta Floresta para tratar de um assunto tão importante.

Logo que eu cheguei aqui na Assembléia Legislativa, como Deputado de primeiro mandato, novato, eu toquei nesse assunto, falei, tendo em vista a importância, principalmente pela cobrança da sociedade da nossa região, da região norte, da qual faço parte, mas, principalmente, da minha querida Sinop. Nós já falávamos desse assunto.

É por isso, Deputado Riva, que eu parabeno, em seu nome, toda a Mesa Diretora pela preocupação em fazer esta Audiência Pública, que, na verdade, ainda não é a socialização do assunto. É, simplesmente, Deputada Verinha Araújo, para que os técnicos pudessem vir aqui, explicar aos Parlamentares, às demais pessoas, a metodologia aplicada, a sistemática empregada, para se desenvolver esse projeto.

É por isso que eu entendo até a ausência da Secretária de Ciência e Tecnologia, até porque chegou em Sinop hoje, pela manhã, em um trabalho da Secretaria. Eu a encontrei no aeroporto. Mas aqui, também, está a FEMA representada. Eu tenho certeza de que no momento exato, quando socializarmos essa discussão, levarmos isso à sociedade, estarão presentes todos os representantes de Governo que fizeram parte, que farão parte, da discussão deste assunto.

Então, como eu disse, logo que eu cheguei me preocupei em pedir uma cópia do relatório técnico desse trabalho. E teve um parágrafo que me chamou bastante atenção. Eu quero resumir para vocês. O parágrafo dizia mais ou menos assim: se qualquer outra equipe ou outra empresa viesse a desenvolver este mesmo trabalho, possivelmente, não se chegaria aos mesmos resultados. Eu assustei e falei: Puxa vida, tanto dinheiro que foi aplicado e não é científico, não chegaria... E naquele momento fiquei preocupado. Mas, depois, com o passar do tempo, já adquirindo um pouco de experiência, até porque tenho muito que aprender, eu percebi que o trabalho não foi ineficiente. Eu até analisei como ineficiente o trabalho em função desse parágrafo. Hoje, eu entendo que, em função da complexidade do assunto, da importância do assunto, é que coube, certamente, este parágrafo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu quero, com isso, parabenizar todos os técnicos que trabalharam neste projeto importante para toda a sociedade do nosso Estado.

Gostaria de parabenizar o Dr. Arnaldo pela bela apresentação que veio esclarecer e elucidar vários temas aí que nós estávamos preocupados.

E também, em função dessa importância, logo que cheguei nesta Casa, apresentei um Requerimento, e foi aprovado, para se criar uma Comissão Especial da Assembléia para acompanhamento do zoneamento, e que renovei, neste ano, em função do projeto não ter vindo no ano passado para a Assembléia. E nós renovamos e foi aprovado este ano.

Eu espero, Deputado Riva, que possamos colocar em prática essa Comissão, com mais Deputados, para que possamos, junto com a Secretaria de Planejamento, com o Governo do Estado, estar discutindo esse assunto em todas as regiões, como ficou definido nessa proposta dos seminários e das audiências públicas. É isso que a sociedade de Mato Grosso está esperando. É isso que nós Parlamentares também queremos fazer, que a Assembléia quer fazer.

Quando conversávamos com o Governador sobre esse assunto e colocávamos da preocupação de que o assunto não fora discutido com a sociedade, ele nos colocou que estaria trazendo para a Assembléia, dando essa obrigação ou esse direito a Assembléia para que ela fizesse essa discussão com a sociedade.

Então, nós teremos um momento certo, um momento exato, para estar discutindo com o nosso povo.

Eu tenho certeza de que, a partir desta discussão, estaremos buscando a melhor proposta, a melhor saída, até porque quem conhece de Mato Grosso somos nós, quem conhece de Alta Floresta, são as pessoas de Alta Floresta, quem conhece de Juína, é Vossa Excelência, Deputado Ságua. Então, é importante que façamos essa discussão.

É lógico e evidente que um projeto dessa envergadura não poderia apresentar particularidades, como foi exemplificado aqui de uma ponte, de que existe uma divisa, isso vai ser discutido nas audiências, e quem sabe chegaremos à melhor proposta para o zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado de Mato Grosso.

Quero parabenizar o Dr. Arnaldo que colocou aqui os assuntos que não deverão mais ser falados: voltar ao passado, não progredir e não trazer nenhum resultado. Eu quero parabenizá-lo por isso, principalmente na questão financeira.

A Deputada Verinha Araújo insiste nesse assunto, mas eu acho que isso não soma e não leva a nada, não traz resultado.

Eu quero falar também de um assunto, que é a questão da legislação, que o senhor elencou, mas esse assunto tem que ser falado e a sociedade mato-grossense tem que estar consciente de que estamos fazendo um trabalho em Mato Grosso paralelo ao que está acontecendo no Congresso Nacional.

Nós poderemos ter um zoneamento aprovado, mas estaremos esbarrando com ele na legislação maior, na lei federal, mas ele estará concluído.

Esse é um passo que estamos dando, como Rondônia deu, mas para isso, lá no Congresso Nacional, o Senador Jonas Pinheiro está trabalhando nesse assunto.

Lá também, Deputada Verinha Araújo, Deputado Ságua, o Governo Federal está forçando e quer aprovar um projeto do Bioma Mata Atlântica, também de uma forma que eu acho que não deveria ser feito. Tinha que se estudar o Código Florestal Brasileiro primeiro, ou melhor, que todos os Estados fizessem o zoneamento e, a partir do zoneamento, se fizessem o Código Florestal Brasileiro, e não separadamente o Bioma Mata Atlântica. Mas, enfim, ele está lá para ser discutido e é exatamente nesse projeto onde os Parlamentares estão se apegando para aprovar o projeto de conversão em lei da Medida Provisória nº 2166, que é Projeto de Deputado Moacir

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Micheletto. Então, só vai aprovar o Bioma se aprovar... Aí, sim, teremos a garantia, porque o projeto de conversão em lei está exatamente remetendo ao Estado, para que o Estado possa legislar e definir o que ele quer fazer com seu meio ambiente. Então, por isso é importante estar acompanhando.

Não podemos, de forma alguma, com isso, parar com esse trabalho. Nós temos, sim, que trabalhar, nos envolver e aprovarmos o nosso zoneamento.

Nós teremos, Deputado Riva, que cobrar do Congresso Nacional, do Senado, para que ele aprove esse projeto de conversão em lei da Medida Provisória, que é muito importante.

Quero dizer que o nosso povo simplesmente quer saber o que pode e o que não pode fazer com seu meio ambiente. Tenho certeza de que a partir daí o povo de Mato Grosso estará cumprindo. O que não podemos é ficar à mercê de uma legislação que parece que pode, parece que não pode e o povo fica no meio, o povo que quer produzir e que também defende o meio ambiente.

É essa a proposta que acredito, não só minha, mas de toda a Assembléia, que queremos fazer ao nosso povo, a nossa gente com essas discussões. É por isso que eu defendo que esse assunto não deva ser discutido agora nesse período eleitoral para que não se confunda um assunto tão importante para nós com política.

Esta audiência que o Deputado Riva e a Mesa Diretora solicitou foi exatamente para ver a questão técnica. Depois das eleições estaremos levando este assunto a toda sociedade mato-grossense.

Sei que muitas dúvidas, apesar da bela explanação que o Dr. Arnaldo fez aqui, existem, mas que nós, juntos, estaremos tirando todas essas dúvidas nas Audiências Públicas, nos seminários propostos pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso com a participação do Governo do Estado.

Agradeço imensamente a participação de todos os técnicos que estão aí, a oportunidade de estar, Deputado Riva, falando deste assunto importante e dizer que o Mato Grosso está no caminho certo. O Governador do Estado... Não sou do seu Partido, mas quero aqui, Secretário Yênes Magalhães, colocar e que leve esta mensagem, e dizer dessa coragem do Governador de estar fazendo isso. É um assunto polêmico que mexe com organismos internacionais, mas que o Governador teve a coragem de trazer à Assembléia Legislativa, e a Assembléia Legislativa terá também coragem de aprovar um projeto que vai ao encontro da realidade do nosso Estado.

Um abraço a todos e obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Gostaria de salientar que o Secretário Pagot se dispôs a trazer os especialistas que participaram da aprovação do zoneamento da Amazônia e de Rondônia para participar do primeiro seminário que realizaremos em Cuiabá no dia 09 de outubro.

E a respeito da questão custo, Deputado Dilceu Dal Bosco, gostaríamos que nesta Audiência Pública fosse colocado um ponto final, não nessa questão da discussão, mas neste fórum. Este fórum não é para debater custo, nada. Essa é uma questão que vai ficar afeita ao Tribunal de Contas, Ministério Público. A Assembléia Legislativa tem poder para fiscalizar isso, através da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, mas não neste debate aqui e nos seminários que faremos, até porque vamos prejudicar um seminário rico se ficarmos batendo boca quanto a custo com pessoas que não entendem de custo. Vamos entregar isso para quem entende. Então, gostaria de colocar um ponto final nessa discussão para que ela possa ser feita em outro fórum.

Concedo a palavra, neste momento, ao Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Cumprimentar o Presidente Riva; o Deputado Dilceu Dal Bosco; o Deputada Verinha Araújo; o Secretário de Planejamento, Dr. Yênes Magalhães, e em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

seu nome cumprimento os demais componentes da Mesa; em nome do Dr. Marcos Esteves, eu cumprimento todos os senhores aqui presentes, senhoras, Dr. Zuquim.

Também, Sr. Presidente, quero parabenizar a equipe técnica que, ao longo desses 3.650 dias, que equivalem a dez anos, fizeram realizar esse trabalho. Certamente, e com certeza, na Secretaria de Planejamento, não sei em quantas salas vocês têm ali um farto e riquíssimo material, um acervo que, se vocês avaliarem, sem dúvida nenhuma, pode sanar qualquer dúvida nossa e nessas Audiências Públicas que serão realizadas.

E quero pedir aos senhores, também, para fazermos uma reflexão, Sr. Presidente. E quem me chamou a atenção, ainda mais, para fortalecer o que eu já vinha pensando, foi o Dr. Zuquim, de que para nós, legisladores, a discussão é prematura, como é prematura também - e eu acho até que antecipamos demais -, a pauta, as datas já previamente marcadas. Por quê? Nós recebemos a Mensagem nº 71/04, do Governo do Estado, com 13 folhas e 36 artigos, sendo que o último artigo revoga todas as disposições em contrário.

Ora, nós temos que conhecer mais! E aqui eu acho que nós, legisladores, Sr. Presidente, temos que acatar a orientação do Dr. Arnaldo de, pelo menos, termos esse curso de 210 horas, que equivale a menos de 105 dias, se trabalharmos duas horas por dia para conhecermos, para realmente dominarmos essa matéria, que é uma das matérias mais polêmicas, eu avalio, que vai tramitar nesta 15ª Legislatura.

Então, a responsabilidade é muito grande e certamente, Sr. Presidente, como todas as outras matérias polêmicas, quando não é uma matéria que a sociedade assimilou, os responsáveis sempre são os Deputados.

Portanto, nós temos que realmente conhecer essa matéria com mais profundidade. Por exemplo, não podemos tratar, tem as legislações que tratam, já não é mais conosco conforme foi colocado aqui. Vou citar alguns tópicos, correndo o olho rapidamente em cima desse projeto de lei.

A legislação quando tocou na FEMA... Se você pega no art. 18 desta lei que está tramitando aqui na Assembléia Legislativa... Aqui, Sr. Presidente, eu só vou chamá-los para fazermos uma reflexão na questão da profundidade de quem vai estar discutindo esse projeto conosco. Não é só a Secretaria de Planejamento.

Nós precisamos aqui, Dr. Marcos, em todas essas audiências nossas, se possível, o apoio do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Justiça, da FEMA. Tudo que se trata de desenvolvimento sustentado no nosso Estado tem que se estar debatendo.

“**Art. 18** A Categoria de Usos Especiais compreende as áreas legalmente instituídas na data da publicação desta lei”

Vou pular um pouco, vou ao parágrafo único:

“**Parágrafo único** Para efeito de proteção das áreas especiais fica criada a faixa de amortecimento em torno das mesmas, onde o desenvolvimento das atividades estará subordinado à legislação ambiental e dependerão de prévio licenciamento do órgão competente.” Que é a FEMA, aí entra o IBAMA também e algumas áreas.

Aqui relata as áreas especiais que são as áreas indígenas, as unidade de conservação e assim por diante. Ora,.

Então, nós temos que conhecer melhor o que é área de amortecimento. Que tamanho é essa área de amortecimento? Qual é a extensão? Nós já temos aqui no mapa, é assustador, o quadro que se coloca dentro das áreas de preservação no primeiro impacto daqueles que não olham como deve ser olhada a questão ambiental. Então, isso é para nós conscientizarmos a sociedade e para termos uma facilidade de expor para a sociedade. Nós legisladores, para que eles entendam, temos que estudar melhor a matéria.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Eu acho que nós não deveremos sair aqui... Até dia trinta deste mês, praticamente é impossível nós discutirmos e estudarmos com profundidade essa lei, devido ao período eleitoral, que muito bem o senhor colocou aqui com propriedade, e logo em seguida, oito dias depois, já sairmos debatendo com a sociedade sem termos o domínio dessa matéria. Eu assim me preocupo e coloco como perigosa essa discussão no momento.

Então, gostaríamos que nós fizéssemos uma reflexão, porque aqui estão todas as entidades e os segmentos preocupados em estar ajudando a discutir essa questão.

Era essa a minha preocupação. Certamente os senhores podem contar com este legislativo. Nós vamos debater essa matéria, mas primeiro nós temos que ter o domínio.

Eu acredito, Dr. Yênes, que nós vamos precisar sentar mais com a equipe para pegarmos o que tem de técnico. Muito bem feita a explanação do Dr. Arnaldo, mas temos de ir esmiuçando... O primeiro artigo, o que é isso aqui? Mostra para nós o que é isso aqui. Nós queremos ter o domínio do art. 2º, ao art. 35, porque o art. 36 revoga tudo. Depois, vamos seguir essa legislação.

Era essa a preocupação que eu queria deixar colocada.

Muito obrigado, senhores e senhoras (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria apenas de informar que a Mesa Diretora já havia discutido com os técnicos da área e o projeto de lei vai ser totalmente decifrado, interpretado pela equipe, pela assessoria, inclusive anexando as informações necessárias para entendimento de cada artigo. A Lei que deve ser revogada é apenas uma, é a que cria as sete zonas, que estabelece as zonas, até porque passamos a ter doze. Então, vamos anexar a lei. Nós havíamos combinado, Deputado Silval, a sua fala provoca-me dizer que eu e a dona Gina havíamos discutido uma agenda prévia para nos dias 04, 05, 06 e 07 termos reuniões internas, apenas entre os Deputados e técnicos, uma espécie de intensivão com os Deputados, que é perfeitamente possível entender. Eu acho que o Dr. Arnaldo se referir as duzentas e dez horas para leigos... Aqui não tem nenhum leigo, todo mundo já conhece um pouco da legislação. Eu acredito que com quarenta e cinco horas os Deputados irão conhecer essa matéria, a ponto de falar de cor e salteada. Então, eu acredito que é possível fazer essa discussão. Vocês viram a preocupação porque não marcar as audiências públicas. Nós marcamos seminários, exatamente porque os seminários propiciam um entendimento melhor, vamos colocar especialista para discutir o assunto. A Assembléia Legislativa passou a se preocupar com a qualidade do seminário e das audiências públicas, e as audiências públicas têm sido pouco produtivas, porque, de repente, um Deputado convoca uma audiência pública, vem aqui e faz uma hora de discurso, abre a fala e encerra. Quer dizer, nós não queremos fazer discurso. Nós queremos entender a matéria. Para entender a matéria esses seminários serão perfeitamente viáveis para que cada um Deputado saia com um entendimento melhor. Antes do primeiro seminário, nós já estaremos nessa discussão. Eu acho que o Deputado Silval Barbosa tem razão...

O Sr. Silval Barbosa - Sr. Presidente, só para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sim.

O Sr. Silval Barbosa - Eu coloquei, mas acabei não falando. Quando eu falei: se nós convidarmos o Ministério da Justiça, se possível, foi por quê?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - A FUNAI.

O Sr. Silval Barbosa - A FUNAI, também.

Eu vou citar um exemplo que está acontecendo em outras regiões. Nós estamos falando em desenvolvimento. Nós planejamos uma coisa para uma determinada região. Aí não temos o domínio da Legislação Federal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

É quanto a isso que eu queria ver a possibilidade, Sr. Presidente, de amarrar quando o Ministério estiver junto. De Marcelândia a Peixoto do Azevedo está se criando uma reserva de um milhão de hectares, agora. Isso está correndo. Já foram, já levantaram a área! O Estado não sabe, o município não sabe, as pessoas não sabem. E o que vai acontecer? O Ministro da Justiça dará uma canetada e criará essa reserva indígena, sem importar com quem está lá dentro. O que o Município vai perder? O que o Estado está perdendo ou está deixando de ganhar. Em cima dessa reserva, dentro do planejamento, já se prevê uma zona de preservação.

Então, é essa discussão que eu coloco como exemplo. E tem mais no Estado. Nessa zona de preservação já há até mais reserva, mas nós iremos discutir isso com mais profundidade.

Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nessa questão indígena nós tivemos um avanço na legislação muito importante, Deputada Verinha Araújo. Antes, era possível criar uma reserva indígena sem ninguém tomar conhecimento. Hoje, não é mais. Hoje, há um grupo de trabalho, que não está apenas à mercê da FUNAI. Há representante do INTERMAT, do INCRA, da sociedade organizada.

A localidade, também, participa, tanto é que em Tabaporã tentaram criar uma reserva indígena de mais de quatrocentos mil hectares e não foi possível porque a sociedade se mobilizou, participou do debate, da discussão. Fizemos estudos, através de um antropólogo. Ele apresentou um relatório, e nós evitamos a criação da reserva, com se pretendia.

Eu vou abrir a palavra. Queria deixar bem claro que foram convidadas todas as instituições, todos os Deputados.

Inclusive, eu quero aqui enaltecer a Bancada do nortão, que é a que mais participa desse debate: o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Riva, o Deputado Dilceu Dal Bosco, o Deputado Ságuas, somos em seis membros titulares da bancada do nortão, mas estamos em quatro.

A Deputada Verinha Araújo quer fazer parte do nortão, mas Vossa Excelência ainda vai esperar um tempo. Vamos aguardar um tempo, porque já está congestionado demais lá.

Então, eu vejo que o nortão está muito preocupado com essa questão.

A SR^a VERINHA ARAUJO - Pode ter diversidade lá.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - É.

Gostaria de abrir a palavra para as entidades que estão aqui participando.

Para iniciar, eu convido o Sr. Odenir Ramos de Moura, do Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia.

Eu informo que nós temos sete inscritos que farão uso da palavra a partir de agora.

O SR. ODENIR RAMOS DE MOURA - Srs. Deputados, Srs. participantes, fico feliz de estarmos avançando, porque eu tenho um desapontamento muito grande com inúmeras audiências de que participei aqui nesta Casa. Nós fomos ouvidos, mas não foi levado em conta o que colocamos.

Os Deputados têm que estar em sintonia com a sociedade, como esta Casa está procurando fazer, não está ainda, mas está procurando - isso é muito bom.

O que a Deputada Verinha Araújo colocou com relação à discussão do preço do projeto é uma discussão que está acalorada na sociedade. O Governo tem que se explicar.

Eu entendo que o fórum não é aqui. O Governo tem obrigação de esclarecer. A Assembléia tem obrigação de estar fiscalizando e estar passando essa informação para a sociedade.

Eu, como membro da ADERCO, membro da Associação de Engenheiros Florestais, Presidente do IBAPE, membro atuante no CREA e do Conselho Municipal do Meio Ambiente, tenho dado a minha contribuição como cidadão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Eu tenho uma preocupação muito grande com relação ao conhecimento que se forma no Estado de Mato Grosso.

O Sr. Arnaldo citou que há vinte anos não se dava para ter idéia. Mas há trinta anos, quando eu já estava na faculdade, a gente sabia que Mato Grosso seria o que é hoje. Nós já tínhamos essa visão. Mas aquilo era uma ilha de conhecimento, a Universidade Federal de Mato Grosso, a SEPLAN e a Fundação Candido Rondon, parece-me que era DGE - Departamento de Estatística do Estado de Mato Grosso.

Então, é muito importante que essas informações aqui sejam realmente socializadas, porque nem o Projeto RADAM foi verdadeiramente socializado.

Então, não basta termos atlas para ser distribuído. Nós temos que pegar a Universidade Federal, eu tenho dois cursos universitários lá e uma especialização, e temos que estar subsidiando a universidade... Eu estive hoje numa reunião na Faculdade de Engenharia Florestal, discutindo exatamente isso, que nós temos dificuldades de preparar os nossos profissionais. A Universidade entrega um profissional que não está realmente habilitado para entrar no mercado.

No IBAPE, que é o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, do qual já fui diretor técnico, nós temos a preocupação de estar reciclando esse profissional, e nós temos dificuldades.

Esse conhecimento, se repassado para o IBAPE, repassado para outras entidades, está o CREA aqui representado pelo Dr. Érico, que é o Gerente de Fiscalização e está aqui, em especial para as entidades da área de engenharia, para as entidades da área social, da Biologia também, que tem uma importância muito grande nisso, teremos condições de nos atualizar também, repassando, contribuindo com informações para a Secretaria e para a Assembléia.

Esses profissionais terão mais facilidade para trabalhar e para serem responsáveis pela difusão desses conhecimentos e cumprimento da lei, porque no campo da perícia e da avaliação nós percebemos essa dificuldade. Está aqui o Dr. Zuquim. Nós sempre temos dificuldade de contemplar na área ambiental... Outro dia teve na área federal uma situação no Parque Nacional, porque as informações, quando o profissional vai contribuir gratuitamente, ele tem dificuldade de material de imagem, de deslocamento para lá. Nós queremos contribuir. Ele contribui com o trabalho profissional, mas o conhecimento, o material de informação, tudo isso é pago. Então, temos dificuldade de contribuir.

Esse curso que o Dr. Arnaldo cita, poderíamos pensar numa parceria das entidades de engenharia, o CREA e outras entidades correlatas para que tenhamos um seminário direcionado exatamente para o profissional, para o técnico atuante no mercado. Aí teríamos condições de contribuir mais ainda com todo o processo para a sociedade mato-grossense. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos a participação do Sr. Odenir.

Convido, para usar da palavra, o representante do FORMAD, Sr. Vicente Puhl.

O SR. VICENTE PUHL - Boa-tarde, senhores da Mesa, senhores participantes.

Queria, em primeiro lugar, parabenizar a Assembléia Legislativa que convocou esta Audiência Pública, que convocou a SEPLAN, que finalmente colocou à disposição os dados do zoneamento. Com certeza, Arnaldo, nós do FORMAD criticamos muitas vezes o alto custo desse zoneamento, que não conhecíamos.

Sabíamos que estava se gastando dez, vinte, trinta milhões e não estávamos vendo os resultados. Felizmente este Governo agora colocou à disposição da sociedade os dados e a Assembléia Legislativa chamou para si a responsabilidade de debater publicamente. Parabéns por isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O FORMAD, estamos estudando, começamos, pegamos o material. Tem muito material mesmo e estamos estudando. Vou até reivindicar umas vagas no curso que for feito, se a Assembléia Legislativa fizer, para participarmos de algumas aulas, porque é muita coisa. Mas já começamos a estudar.

Entendemos que o zoneamento é um instrumento muito importante, muito importante para alcançarmos o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso. Ele não é uma medida punitiva, isso é uma coisa importante. Ele é orientador. Ele diz que aqui se pode fazer isso. E não vem com caráter de punir. Você errou. Fez isso. Mas ele orienta as políticas públicas, para que o estímulo seja feito no lugar certo, para que não se estimule coisa no lugar errado. Isso é um instrumento importante. Nesse sentido, o zoneamento é bom.

Com certeza, avaliamos, no pouco debate interno que tivemos com as trinta e oito organizações que são filiadas ao Fórum Mato-grossense, a questão chave, o modelo de desenvolvimento, que é o conceito de sustentabilidade, que apareceu bastante aí. Entendemos, quando se fala em sustentabilidade social, ambiental, qual é a idéia principal. Na nossa avaliação, sustentabilidade, a idéia vem de durabilidade. Temos que fazer na agricultura, no turismo, na mineração coisas que duram a vida inteira. Quem é da agricultura fala assim: “Tos que fazer uma cerca de aroeira que dura o resto da vida”. E, sustentabilidade, vem daí o conceito. Usar práticas, fazer uma agricultura que você possa usar técnica hoje, para daqui a cem anos você poder usar a mesma terra produtiva, que não virou deserto.

No turismo, o que você pode fazer, hoje, mas daqui a cem, duzentos, a vida inteira, você pode estar praticando aquilo ali. Isso é sustentabilidade. E aí é que temos algumas preocupações. Nós temos no nosso setor principal um exemplo de insustentabilidade, o nosso setor madeireiro. O que é que está acontecendo com os madeireiros de Mato Grosso, de Sinop, de Guarantã do Norte? Eu estou sabendo, inclusive tenho primos, aliás, quase todo mundo é sulista, é de fora daqui, basicamente o Estado é composto de migrantes, e cada um vem com uma cultura, um jeito de trabalhar e quer fazer aquilo que ele aprendeu lá no Rio Grande do Sul, lá em Pernambuco, lá no Paraná. E a gente vem e pratica coisas que não deveria fazer aqui.

E o madeireiro, o que é que está acontecendo? Ele está lá em Novo Progresso, está em Apuí, no Amazonas, não está mais em Mato Grosso. Por quê? Não tem uma prática sustentável. Se a gente tivesse pensado em manejo sustentado, ele teria garantido o seu emprego e a sua geração de renda aqui no Estado e não precisaria ir para frente. E isso nós temos que fazer na agricultura, no turismo e no setor madeireiro.

Então, isso eu acho importante que o zoneamento dê conta. Por isso que esse debate é tão complexo, e precisamos realmente fazer para que a gente tenha... Todo mundo precisa produzir e fazer aquilo que possa fazer o resto da vida aqui, senão nós estaremos jogando contra o Estado de Mato Grosso, não estaremos sendo estratégicos.

Lembro-me de um vídeo onde José Goldemberg, ex-Ministro do Meio Ambiente do Governo Collor, mostra um pouco dos problemas da falta de pensar antes de destruir, muitas vezes. E o zoneamento é cheio disso. Ele fala que nós precisamos estudar e aproveitar o uso racional dos recursos naturais. E isso é uma coisa muito importante! O vídeo mostra o José Goldemberg caminhando por cima de uma castanheira, e ele fala: “Esta fantástica castanheira de 40 metros de altura...” ela estava no chão... “...aqui, em um hectare, foram derrubadas as 40 castanheiras para plantar...”, e aí mostra uma plantação de arroz toda raquítica, que nem cacho deu, e ele diz assim: “Isso é o absurdo de uma coisa irracional, você derruba 40 castanheiras, onde cada uma produzia 140 quilos, fora as seringas nativas, fora o babaçu, fora a pupunha, o açaí, que você poderia ter aproveitado para fazer uma coisa que a pessoa...” Era a história de um gaúcho que ele estava filmando, que tinha saído lá do Sul e foi fazer a mesma coisa num ambiente totalmente diferente. E

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

isso, quando se fala em uso racional dos recursos naturais, é a gente estudar. E eu acho que tem uma boa base de estudo nesse zoneamento, que a gente realmente precisa aproveitar.

Eu iria dizer assim, Deputados, que pensar estratégico por Mato Grosso é isso, é a gente realmente ter um pouco mais de cuidado. E fico preocupado! Às vezes, a gente reivindica o direito de destruir porque os outros destruíram.

E nós das ONGs somos, inclusive, acusados muitas vezes de estarmos a serviço internacionais, de grupos internacionais, mas eu posso dizer que - eu trabalho numa entidade que se chama FASE - Federação de Assistência Social - trabalhamos com pequenos agricultores e, realmente, recebemos ajuda da cooperação internacional, da igreja católica da Alemanha para fazer um trabalho social, educativo com os agricultores para ensinar agroecologia, uma produção orgânica, uma qualidade de vida para aqueles agricultores e para oferecer um produto de qualidade para os consumidores.

Então, nós estamos imbuídos das melhores intenções de ajudar a pensar um desenvolvimento realmente sustentável, que coloque Mato Grosso à frente de qualquer outro Estado, porque tem coisas que só nós podemos produzir. Soja, até que se produz na China, não estou dizendo que não devemos produzi-la, que é um produto importante da nossa pauta, mas nós temos coisas que não estamos aproveitando e que ninguém pode produzir como nós. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos a participação do Vicente.

Convido para usar a palavra, representando a FAMATO, o Sr. Utivan... Eu quero que me confirme se é Faureto ou Favreto?

O SR. ULIVAR FAVRETO - Favreto.

Sr. Presidente, senhores e senhoras, é Ulivar Favreto.

Não é o mais velho talvez da Casa, mas, pela história que se contou aqui, o que primeiro está debatendo o zoneamento.

O zoneamento agro-ecológico do Estado, embora o nome tenha sido outro, foi publicado a primeira vez em 88. Então, nós temos que rever a história contada oficialmente aqui com outro nome, mas os dados foram... E eu, naquela época, como Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado, já participei. Mas isso é história.

Vamos a algumas coisas que, como representante dos produtores do Estado, que são quem mais impactam o ambiente e também a economia do Estado, nós consideramos importantes nessa discussão.

Primeiro, o que o Deputado Silval Barbosa citou, nós queremos endossar, assim como o que o Dr. Zuquim, do JUVAM também citou. Mas o planejamento não pode basear-se no que já foi feito, ele deve ousar. Parece-me que esse projeto deixou de ousar. Nós temos propostas tradicionais e que são de exclusão, todos os ambientes separados comportam no estudo e nas propostas áreas de amortecimento, como o Deputado Silval Barbosa citou aqui. O nosso sub-Secretário de Planejamento falou que não se trata de uma proposta de limitação do desmatamento e outras coisas. Se nós queremos o desenvolvimento, temos é que partir para uma proposta de inclusão e não fazer áreas de amortecimento de todas as ações nas políticas públicas para reservas indígenas. As reservas indígenas devem ser incluídas no desenvolvimento de toda política pública. Então, essa visão é que deve ser reavaliada.

Há alguns anos atrás se criou uma proposta, na minha concepção de produtor, de engenheiro agrônomo, de pessoa que conhece parte do desenvolvimento do Estado, do Brasil e também de uma parte do mundo, extremamente ineficiente sob o aspecto do meio ambiente, uma proposta com a visão de arrecadação do poder público. Foi a criação das unidades de conservação para que quem não estivesse legalizado na área de reserva legal adquirissem áreas nessas unidades

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

para serem legalizadas. A nossa proposta é diferente, nós precisamos de corredores nas calhas hídricas para que realmente tenhamos um ambiente com possibilidade de ser o melhor possível protegido, e esses corredores, na nossa opinião, só têm um caminho: os pactos de microrregiões. Então, a legislação deve contemplar esse estudo. As microrregiões devem fazer pactos para que as áreas das calhas hídricas sejam áreas de preservação, e que ali estejam as unidades de conservação e não essas unidades públicas que, na minha avaliação, só tem uma visão de arrecadação do órgão público.

Outro lado que nós devemos que estudar com muito cuidado essa legislação, no artigo 3º, Diretrizes Gerais e Ações, no item I diz: “a ordenação e controle do uso das terras, pelo lado negativo, de forma a evitar...” São cinco itens. Quer dizer, nós vamos ações de forma a evitar... Não, vamos propor ações positivas, ações que venham desenvolver de forma positiva.

Então, esse é o planejamento inteligente, não limitando. Por quê? Não estamos falando somente da AMDEP. Nós não podemos pensar na limitação do desenvolvimento daquele que está na periferia da saúde, na periferia da educação, na periferia econômica. Se não tivermos essa visão, nunca faremos a inclusão social e faremos, cada vez mais, a exclusão. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria, apenas - eu sei que nós temos aqui a presença da FEMA - de dizer o que está ocorrendo na região norte e em quase todo o Estado, um episódio que nos deixa muito angustiados. É o desmatamento das margens dos rios, das cabeceiras de nascentes. Quem descer pelo rio Arinos perceberá o que eu estou falando, pelo Juruena, pelo rio do Sangue, pelo rio Teles Pires, pelo rio das Mortes, na nascente, logo depois da Serra de São Vicente, pelo rio Araguaia. Então, depois eu até gostaria de saber da FEMA porque nós temos uma legislação extremamente rigorosa. Por que não tem agido a nossa fiscalização com mais rigor? Eu vejo tanta punição, mas continuam derrubando árvores dentro do rio.

Então, essa é uma preocupação de todos nós do norte.

Eu gostaria de pedir ao representante da FEMA para falar o que é possível se fazer quanto a isso.

Concedo a palavra, ao Presidente da Associação Mato-grossense de Engenheiros Florestais, Sr. Sandro Andreani.

O SR. SANDRO ANDREANI - Gostaria de cumprimentar o Deputado Riva, a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Dilceu Dal Bosco, o Zuquim; o representante do Governo Federal, Sr. Marcos Estevan, demais presentes, senhores que estão aqui, nesta tarde.

É com muita alegria que eu percebo hoje, estou começando a perceber e ver que o zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado de Mato Grosso está saindo do ovo, quebrando a casquinha. Nós, que representamos a Associação de Engenheiros Florestais estamos ali no sistema CONFEA/CREA, junto com os agrônomos, junto com os geólogos e demais profissionais do sistema, precisamos muito dessas informações. Nós somos consultores nessa área e andamos em Mato Grosso, diuturnamente, através de trabalhos que fazemos para a Secretária de Agricultura, para a Fundação Estadual de Meio Ambiente e para o IBAMA

Então, eu estou muito feliz, hoje, porque está se iniciando um trabalho que deveria ter sido feito já há alguns anos atrás.

Eu quero agradecer aqui também, porque estive participando da reunião do FORMAG... Naquele dia, nós tivemos ali quase cinco horas de palestras, onde os especialistas da Secretaria de Planejamento, não os consultores... Esses especialistas da Secretaria de Planejamento são pessoas altamente capacitadas, pessoas que sabem, conhecem o Estado, e eu digo isso porque necessito... Nesses últimos dois anos, estou buscando informações no diagnóstico, não do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

zoneamento, mas no diagnóstico das informações que têm ali. Quando nós vamos a campo ver as questões de solo, a questão de geologia, de morfologia, a questão de hidrografia, a questão de vegetação, nós comparamos o que nós vimos em campo e bate certinho com o zoneamento do Estado.

Algumas coisas que o nosso amigo falou, a questão de microbacias, sim, nós temos que fazer um estado mais pormenorizado na área de preservação permanente.

Nós temos no Estado, hoje, em questão de Brasil, áreas de preservação, área de reserva legal, área de preservação permanente, áreas de reservas indígenas, unidade de conservação estadual, federal e municipal também.

Então, se vocês perceberam o mapa do zoneamento aí, ali foi proposto criar quinze unidades de conservação, algumas delas fariam parte da coletividade entre uma unidade de conservação em terra indígena.

Eu gostaria de propor, aqui, ao Arnaldo e a sua equipe, porque já vi a sua brilhante explanação, mas eu pensava que vocês fossem passar alguma metodologia, Eu gostaria de fazer uma pergunta, mas não sei se pode responder hoje, ou no seminário atentar para isso. Um exemplo: a unidade de conservação proposta pelo zoneamento, lá no rio Ronuro, que pega toda reserva indígena do Xingu, milhões e milhões de hectares, aí tem próxima a unidade de conservação, e aí no meio está sendo proposta mais uma unidade de conservação... Então, qual o critério utilizado para isso? Tem a mesma biodiversidade ou não tem? Vocês talvez não tiveram tempo de colocar isso aí, mas que fosse colocado nesse seminário, ou até hoje, se possível.

A metodologia também para o inventário florestal, haja vista que você colocou, eu já sabia disso, 80% - talvez para esclarecer algumas dúvidas aqui - foram em dados copilatórios e esses outros 20% qual a metodologia para a fauna. Eu vi naquela formação de vocês na SEPLAN muito bem. Muitas ONGs, organizações que estavam ali meio temerosos saíram até contentes. Talvez hoje poderia ter apresentado isso. A metodologia utilizada para o inventário florestal, metodologia utilizada para a fauna, que não foi uma questão só de colocar no papel, olhar no copilatório, mas foi feita a questão de campo.

Outra questão é que alguns pensam que é o Governo Federal que vai aprovar o zoneamento. Não é o Governo Federal. Eu não sei se o Dr. Estevan está aqui, ele pode até falar depois, mas vai homologar. Não é o Governo Federal, mas aquele Estado que tiver o zoneamento aprovado, fazendo o dever de casa. Vai ser premiado em várias ações até de organismos internacionais, para a captação de recursos e outras ações, outras políticas governamentais. E é esse passo que o Governo do Estado está dando. E nós técnicos ficamos contentes por saber que isso está chegando ao final. Então, não é o Governo Federal que vai aprovar, como tem-se disseminado aí que o Governo vai aprovar, vai para a Casa de Leis e depois vai para o Governo Federal. Não é isso.

Então, agradeço o convite desta Casa de Leis para estarmos aqui e a Associação Mato-grossense de Engenheiros Florestais está à disposição para ajudar nessa questão.

Eu gostaria de lançar também para os Deputados que formem um bloco de proteção ao setor florestal de Mato Grosso. Nós não somos contra o desenvolvimento agrícola, não somos contra nada do desenvolvimento de Mato Grosso, como a própria Mensagem nº 71 fala: planejamento ordenado e sustentado. Nós queremos esse equilíbrio em Estado. Muito obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos as palavras do Sandro.

Convido para usar da palavra o Sr. Vlamir Pinho, Secretário da CODAM.

O SR. VLAMIR PINHO - Boa-tarde, Sr. Presidente.

Em nome do Deputado Dilceu Dal Bosco venho agradecer a presença neste auditório. Estou aqui representando o Conselho do CODAM, que é uma entidade formada por 17

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

entidades dentro da região de Alta Floresta. A nossa vinda aqui é para estreitar esse relacionamento com a Assembléia Legislativa.

Parabenizo o pessoal da equipe da SEPLAN, que vem há 11 anos trabalhando em cima desse trabalho, que realmente é um trabalho pesado, difícil até de apresentar, um trabalho que se torna novo, pela idade que tem, porque é hoje que ele está em alta discussão.

A nossa região é uma região que vem sendo reprimida. Muita gente que não conhece Alta Floresta, a região como um todo, está discriminando os produtores, a classe produtiva. Quem está trabalhando é um produtor não é um bandido.

Chegam a situações calamitosas, como descer helicóptero para carregar produtor de lá e ir para cadeia pública. Esses atos estão humilhando a classe produtora de Alta Floresta. Estamos aqui com o interesse de realmente trazer as informações da questão de uso e ocupação de nossos solos, da questão da vocação do povo que está lá.

Eu entendo que, nas leis que saem tanto de Brasília quanto da Assembléia Legislativa, muita coisa vem de forma muito banal, desculpe a expressão. Classificar uma região com o potencial que tem Alta Floresta, com ênfase em cima de ecoturismo, acaba nos desclassificando. Passamos a ser um ser que é um animal também, mas somos seres humanos, inteligentes, e estamos conversando, tentando... Tem hora que dá valor a um macaco que descobriu lá na beira do rio tal e não dá valor a um povo que está trabalhando lá no rio São João, produzindo boi. Conforme pesquisa da própria EMBRAPA, o boi mais produtivo do Brasil é o da região de Alta Floresta. Uma região que vem produzindo um índice de quase R\$138,00 líquido no Brasil. É o boi mais produtivo em questão de produção líquida da pecuária. Mas Alta Floresta não é só pecuária, também tem a tendência do ecoturismo.

Estamos buscando trazer para a realidade os fatos para se encaixarem dentro desse zoneamento, porque Alta Floresta tem várias aptidões, várias vocações. Queremos estreitar esse relacionamento com a Assembléia Legislativa, com a SEPLAN. Estamos abertos lá. Já abrimos um grupo de discussão que já está há uns noventa dias discutindo esse zoneamento. Deslocamo-nos oitocentos quilômetros para vir aqui. Deixei o meu trabalho lá para vir aqui representar Alta Floresta, junto com esse grupo que está aqui (PALMAS). Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos a participação do Vlamiir.

Convidamos, para usar da palavra, o Sr. Rodrigo Justos de Brito, Diretor de Recursos Florestais da FEMA, representando neste ato o Presidente da FEMA, ex-Deputado Moacir Pires.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Sr. Presidente, Deputado Riva, em nome de quem cumprimento os demais presentes, autoridades, senhoras e senhores.

Inicialmente, eu vou responder alguns questionamentos que foram feitos com relação à atividade jurisdicional da FEMA.

Primeiramente, em deferência à sua pergunta com relação às áreas de preservação permanente e aos desmatamentos, o nosso Estado tem um sistema moderno. O controle do desmatamento, todos nós conhecemos o sistema, mas não basta apenas um sistema moderno, via satélite, etc, se nós não temos em primeiro passo as pessoas educadas para respeitar as áreas de preservação permanente.

Por outro lado, nós temos uma insubordinação a determinadas normas postas. A própria Medida Provisória nº 2.166 fixa no âmbito da floresta a reserva legal de 80%. Historicamente, temos na história do homem que as leis são frutos das convenções humanas. Modernamente, nas Casas de Leis estaduais e federais, são feitas essas regras.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Hoje, no país, nós vivemos uma certa inversão, o costume não é mais fonte da lei e a lei passou a ser fonte do costume. E nós, hoje, vivemos uma desobediência civil. Nós não temos uma aceitação pelos proprietários e pelos produtores de determinadas regras federais impostas.

Desde o começo do ano passado, o Governador Blairo Maggi e nós já nos dirigimos algumas vezes até o Ministro e o IBAMA para ao menos colocar a medida provisória em discussão. Afinal de contas, um Governo que veio criticando todas as arbitrariedades de que a medida provisória é uma agressão ao processo legislativo, deveria ao menos se dispor a discuti-las, já que agora é o momento de o discurso ser substituído por ações. Nós já solicitamos diversas vezes, porém não tivemos ressonância, enquanto isso os números do desmatamento aumentando e o Ministério escondendo os números. O número de desmate do Ministério é menor do que o que o Estado fez. A medição é nossa. Fizemos o sul do Pará também, subestimado nos cálculos federais. Então, busca-se agora, ao invés de sustentar o ambiente, se sustentar no poder, mantendo essa regra intocada. E a sociedade se nega a aceitar essas imposições.

Então, no âmbito do desmatamento, nós temos um controle. Nós autuamos todos os infratores, porém é muito leite derramado para uma caneca só. Não adianta processo de recuperação. É caríssimo, o Estado não tem como bancar e com eficiência ecológica duvidosa. Recuperar uma nascente não significa que aquilo será como Deus criou. Nossa equipe de fiscalização é pequena. Nós solicitamos e obtivemos desta Casa aprovação para a realização de concurso. Nós temos dez fiscais. Recebemos 13% do Brasil para cuidar. Então, é impossível o nosso trabalho. Se conseguirmos, talvez eu seja Presidente do IBAMA na próxima, porque com cem eu cuidarei do Brasil todo. Então, a missão é um tanto inglória. Então, sob esse aspecto, através do monitoramento, nós detectamos e elaboramos os autos.

Foi falado aqui também da questão das zonas de amortecimento. Zona de amortecimento, pela Lei nº 9.985, do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, deixou de ser fixada por legislação federal. Então, a área indígena poderá ter ou não ter, de acordo com o que dispuser o processo do zoneamento. Agora, se temos um projeto dizendo que existirá essa zona, então, nós temos que dizer o que pode e o que não pode.

Muito se comemora. Às duras penas, demorou dez anos para se fazer esse projeto do zoneamento. O zoneamento não terminou agora, dez anos depois, ele nasceu. Então, o zoneamento começa agora, com ordenamento territorial. Significa que nós vamos aprovar um mapa, significa que o Governo tem a missão de fazer as pessoas respeitar e cumprir aquilo. Se as pessoas não aceitarem aquilo como está, então, teremos que chegar a um meio-termo sem que ao mesmo tempo joguemos fora os estudos científicos e a técnica que foram os que alicerçaram esses resultados que nem a todos agradam. Existem áreas potenciais que devem ser preservadas, temos áreas que estão sendo utilizadas mediante autorização legal, estadual e federal e que não teriam a menor condição de estarem sendo agricultáveis. Então, nós temos área de 80% de reserva que deveriam estar sendo agricultadas, utilizadas e temos áreas de cerrado, de 65% de liberação de desmate que são 100% inatas para qualquer coisa, a não ser ficar lá como já estão.

Esse Código Florestal como está merece uma pressão do Estado de Mato Grosso que é o acusado, é o desmatador, é o bandido, é o vilão do planeta, a terra vai acabar, e agora tem um Governador produtor, também, mas vocês tenham a certeza de que nós estamos lá cumprindo a lei, como foi dito aqui pelo Secretário Yênes Magalhães, que o Governador é legalista. A lei que tiver faremos cumpri-la, independentemente se é amigo, não é amigo, nunca recebemos nenhuma espécie de pedido, de situações constrangedoras para nós.

Colocou o Dr. Zuquim, preocupado com a questão dos licenciamentos nas áreas de zoneamento, que o zoneamento tem efeito vinculante. Significa que todas as atividades que já funcionam deverão se adequar ao zoneamento; significa que, se eu autorizei um empreendimento

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

que o zoneamento agora vem e proíbe a licença, e ela tem caráter de definitividade, nós temos duas opções: fechar esse empreendimento e indenizar esse cidadão por vinte anos de lucro cessantes e perdas que ele venha a ter nessa propriedade ou alterar o nosso sistema legal de zoneamento para que façamos um prazo, então, já definido de que essa atividade deva ser efetivamente paralisada; ou ainda submetê-la a um estudo de impacto ambiental, que é um estudo caríssimo e que nem sempre um empreendedor tem condições econômicas de se adequar a essa regra.

Então, quando o Deputado Riva colocou que ele vai ao interior e as pessoas querem saber do zoneamento, por quê? Porque no passado ninguém nunca quis o zoneamento. Isso é a verdade. Por quê? Porque nós tínhamos uma possibilidade de 50% de abertura de áreas na floresta e 20% no cerrado e estava bom. E não se queria que se avançasse ainda com novas regras restritivas. Hoje, o zoneamento talvez seja a tábua de salvação, de modo que nós possamos compatibilizar a preservação com a produção e possamos reduzir essa reserva legal, apesar de que a Medida Provisória não permite que, através de um processo de zoneamento, façamos a redução da reserva legal de áreas fechadas, mas, sim, das já abertas. O que é um contra-senso, é inconstitucional. Já foi solicitada essa alteração.

Rondônia aprovou um zoneamento reduzindo a reserva legal. Aprovou e foi negada a validação desse processo de zoneamento. Eu não sei como hoje se encontra a situação, mas é preciso que se dê providência e que tenhamos o aval do Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente, a condicionante à validação do zoneamento.

Então, a Assembléia Legislativa hoje, com essa missão de conduzir esse processo de discussão, já poderia, sugestão minha, conduzir essas conversações com os Ministérios, porque de nada adianta todo um esforço hercúleo para, ao final, por alguma questão qualquer, o Ministério do Meio Ambiente ou o Ministério da Agricultura, venha a não validar isso e tenha que se começar toda a romaria novamente.

Eram essas as minhas colocações. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos ao Sr. Rodrigo pela sua fala.

Eu gostaria apenas de esclarecer, mais uma vez, que a Assembléia Legislativa, ao convocar esta Audiência Pública, tinha esse objetivo, o de tomar conhecimento da proposta, de ouvir algumas entidades representativas que tivessem interesse na proposta, e vamos convidar todos os segmentos para os próximos seminários e as audiências públicas.

Eu não vejo a preocupação de não termos condições de discutir, a partir do dia 09, pois o período eleitoral encerra-se no dia 03. É perfeitamente possível a partir do dia 09 de outubro, até porque, se retardarmos muito, também não aprovaremos este ano.

Fica aqui, Rodrigo, uma preocupação com relação ao Congresso Nacional. Eu tenho feito algumas críticas, porque não dá para admitir tanta lentidão na apreciação de uma matéria tão importante para o Brasil. Não é só para Mato Grosso, mas para o Brasil. Não só dessa, mas de outras. Isso é muito comum. Nós estamos vivenciando um período eleitoral e o tanto de problema que surge em decorrência da falta de uma legislação eleitoral mais consistente, quer dizer, da reforma política.

Fala-se tanto nessa bendita reforma política, que não surge nunca. Essa Medida Provisória nº 2.166, não é de hoje, eu já ouvi o Senador Jonas Pinheiro garantir isso no interior umas cinqüenta vezes: “vamos votar a Medida Provisória, agora vamos votar”. E, infelizmente, isso não ocorre, o prejuízo é muito grande.

E aquilo que você falou aqui de fato é preocupante. Nós corremos o risco de votar um zoneamento e, ao final dele, termos prejudicado toda discussão, todo processo de votação porque existe uma legislação maior que vai impedir a sua aplicação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, encerrando o ciclo de participações, eu gostaria de indagar do Secretário de Estado de Planejamento e do Dr. Arnaldo se gostariam de fazer algumas considerações finais. Nós deixamos a palavra livre.

Com a palavra, o Sr. Secretário de Estado de Planejamento Yênes Jesus de Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - É bem rapidinho, até porque eu quero aproveitar a oportunidade também e convidar todos os senhores e senhoras presentes para, às 17:30, a reinauguração da Igreja Bondespacho. O Governador do Estado estará reinaugurando, junto com o Arcebispo Metropolitano e o Arcebispo Emérito, também, e convida a todos que puderem para estar presentes. Aquela Igreja é um marco para Cuiabá.

O Dr. Zuquim colocou uma preocupação dele e nós também temos essa preocupação. Ainda hoje, pela manhã, conversando com o Arnaldo, e agora a pouco com o Deputado Silval Barbosa, na verdade, eu fiz um modelo de apresentação que era bem genérico, o Arnaldo fez outro, e para o seminário será outro totalmente diferente. O assunto que mencionamos aqui não entra mais em pauta. Aí já serão características de cada região onde estaremos discutindo para poder aproveitar a oportunidade e não discutirmos na região de Rondonópolis uma coisa que vai ser tratada lá em Juína, por exemplo. Nós vamos ser bem específicos em cima de cada região.

E acho que desta reunião, desta Audiência Pública, sai aqui, Arnaldo, você propôs, e talvez tenhamos que fazer um curso de especialização em zoneamentos... Os técnicos estão aí e poderão nos auxiliar.

Uma coisa bastante importante para ser dita, Sr. Presidente, é que na semana passada houve um desencontro de informação em relação à questão de que teríamos encaminhado o zoneamento incompleto, depois eu respondi, mas falei pessoalmente com o Deputado Carlão Nascimento, porque, na verdade, houve por parte da SEPLAN, por parte dos nossos técnicos, um excesso de zelo. O material que encaminhamos, que entregamos em mãos a Vossa Excelência, que o Governador entregou em suas mãos, os próprios técnicos resolveram elaborar mais um documento, que são as diretrizes, um caderno à parte, que não fazia parte do escopo. Os técnicos desenvolveram, foi uma iniciativa deles, eu mesmo fui pego de surpresa, não sabia, mas é uma proposição para que pudesse auxiliar os Srs. Deputados na compreensão desse processo.

Também encaminhamos, hoje - os senhores estão recebendo agora em seus gabinetes -, o mapa político administrativo Mato Grosso/2004 - isso porque a SEPLAN é o órgão oficial cartográfico do Estado de Mato Grosso -, já com os dois novos municípios que são Itanhangá e Ipiranga do Norte. Os senhores estão recebendo, neste momento, em seus gabinetes.

E ressalto uma coisa muito importante desse mapa. Na verdade, zoneamento, mesmo que o diagnóstico foi feito, como foi dito aqui, nos últimos 10 anos, ele não pára, ele é dinâmico, porque a natureza é dinâmica. Então, nesse mapa que estamos entregando, neste momento, aos senhores já estão contempladas 56 novas unidades de conservação municipais. Quer dizer, se hoje um prefeito nos manda mais uma informação, amanhã ele já fica defasado e já temos que fazer outro mapa para atualizar. Então, isso é uma constante. Cada prefeitura que informar uma nova unidade de conservação municipal, nós, automaticamente, estaremos atualizando e remetendo para esta Casa.

Eu queria destacar e agradecer ao pessoal de Alta Floresta. Ontem eu já tinha lido no jornal que vocês estariam aqui presentes e é da maior valia vocês estarem discutindo, porque nós nos preocupamos. É isso que estamos pedindo.

Na verdade, o diagnóstico do zoneamento foi feito nos últimos 10 anos e a primeira incumbência que o Governador me determinou, assim que assumi a Secretaria, era de trazer o zoneamento para esta Casa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Só que, na verdade, quando o Dr. Arnaldo colocou a questão de custos, não é que não estamos abertos para discutir o que foi feito, mas é que o zoneamento, o PRODEAGRO foi concluído no dia 30 de outubro de 2002, e nós assumimos no dia 1º de janeiro de 2003, então, todo esse levantamento, automaticamente, a auditoria, o Ministério Público, todo mundo vai questionar. Nós estamos lá para fornecer os subsídios que estão lá.

Agora, não dá para ficarmos discutindo, porque, na verdade, este Governo não foi o responsável pela sua execução. Nós vamos prestar contas aos organismos que competem. Ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Assembléia Legislativa, a esses vamos estar encaminhando, mas se formos discutir isso, vamos perder tempo, porque nós queremos, exatamente, Sr. Ulivar, avançar. Nós temos que ser ousados. Uma das quatro questões que o Governador colocou foi a questão da ousadia.

Ressalto, Presidente Riva, um trabalho que Vossa Excelência tem constantemente colocado, que é a questão das desigualdades regionais e o zoneamento vem trabalhar para isso. Vossa Excelência sabe muito bem que em cima dessa proposição da Assembléia Legislativa, hoje, o Governo do Estado tem - o pessoal está chamando de um programa, mas não é um programa - o MT Regional, que é um *modus operandi*. É como o Governo do Estado vai fazer suas ações desenvolverem de forma regional. Então, para isso a Secretaria de Planejamento está se estruturando, neste momento, contando com a participação de todos os outros órgãos para que possamos fazer um trabalho regionalizado. Então, o senhor tem puxado essa questão.

Sem dúvida alguma, quero aproveitar a oportunidade para dizer que isso tem ajudado de sobremaneira o planejamento do Estado, porque a partir dessas cobranças que o senhor tem colocado, o próprio Governo está sentindo a necessidade de realmente continuar a desenvolver esse trabalho de forma regionalizada no Estado de Mato Grosso.

Também ressaltar - o senhor faz parte do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, que é um Conselho superior a todos os outros Conselhos - que cada uma das Secretarias que têm fundos, conselhos, trabalhava de forma isolada. Cada uma tinha a sua forma de atuação, o seu cliente. Hoje, não. Todos têm isso. Mas temos o Conselho Superior que está engatinhando. Vai levar tempo, sem dúvida alguma, mas é um Conselho Superior a todos os outros que vai de forma regionalizada trabalhar o Estado como um todo, fazer com que as ações sejam integrais e voltadas para a racionalidade.

Também ressaltar um trabalho que começamos a desenvolver no Estado de Mato Grosso, que é o Planejamento Estratégico, que ainda estamos discutindo internamente na SEPLAN se vai ser Mato Grosso 2020 ou 2025. É uma visão a longo prazo.

Há algum tempo fui questionado que, nessa mudança que ocorre no mundo todo, pensar daqui a 20, 25 anos, seria perder tempo, mas, na verdade - peguemos como exemplo agora - acabamos de ver o Governo chinês lançar a licitação para a construção da hidroelétrica Três Gargantas. Levou cem anos de planejamento para eles colocarem, agora, em operação. Então, precisamos planejar Mato Grosso para daqui a 20, 25 anos, porque senão sem meta, sem saber onde chegar, não vamos saber que rumo seguir.

Quero aproveitar a oportunidade da presença do Dr. Estevan e solicitar que precisamos, que Governo do Estado precisa e muito do Governo federal e do Banco Mundial, porque esse projeto - sempre tenho dito - foi um projeto do maior êxito possível. Eu digo do maior êxito, porque o Banco Mundial contratou uma consultoria internacional específica para fazer uma avaliação do PRODEAGRO, do zoneamento, de todos os outros projetos - um deles o zoneamento, tido como positivo. Não é uma palavra do Governo do Estado, nem do Banco Mundial, é a de um organismo independente. E ele é positivo. Lógico que ele teve seus pontos positivos e negativos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Agora, precisamos do Governo Federal, do Banco Mundial, para continuar esse trabalho, porque ele não pode parar aqui.

O Arnaldo colocou muito bem. Temos aí os levantamentos, os mapas. Um para um milhão e meio e outro para duzentos e cinquenta mil. O ideal para um Estado do tamanho de Mato Grosso e que tem essa característica de ter uma biodiversidade tremenda com três ecossistemas é que possamos aproximar esses mapas de um para cem mil. No dia em que tivermos esses mapas de um para cem mil, realmente, uma pessoa que tem hoje dez mil hectares vai ter ali areia, vai ter floresta, vai ter cerrado, vai ter área alagada. Ele encontra de tudo ali. E o zoneamento não traz isso. Os mapas do jeito que estão, hoje, não trazem. Você tem que aproximar. Aí o papel da FEMA. A FEMA precisa continuar esse trabalho e, sem dúvida alguma, vai continuar.

Então, nós não podemos parar. Aproveito a oportunidade do Dr. Estevan, representando o Ministério do Meio Ambiente, para dizer que nós precisamos continuar essa parceria com o Governo federal.

Quero, neste momento, agradecer mais uma vez aos técnicos. Sempre que eu posso tenho colocado a importância da dedicação desses técnicos ao longo desses últimos dez anos. Quero agradecer também a Sr^a Gina, que o Presidente Riva colocou à frente desse trabalho. É uma pessoa que tem relevantes serviços prestados em Mato Grosso, já tivemos oportunidade de trabalhar juntos na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso e que tem colaborado sobremaneira nessa discussão de como nós fazermos a discussão melhor, mais transparente possível com a sociedade.

Então, a Sr^a Gina está constantemente com o Sr. Arnaldo já discutindo esse encaminhamento.

Quero agradecer, Arnaldo, a você - eu acho que todo mundo aqui falou antes de mim - pelo brilhantismo com que você conseguiu sintetizar, porque é muita informação, mas você conseguiu realmente sintetizar e passar o mínimo de informação para que todas as pessoas que estão aqui saiam daqui neste momento satisfeitas com o que viu. Lógico, aprofundamento nós vamos ter que ter constante.

Quero ressaltar que o Dr. Rodrigo Justus está representando o nosso Secretário que está acamado, o Secretário Moacir Pires. O Dr. Sérgio Simião e o Dr. Aréssio Paquer estão representando o nosso Secretário Homero, que já tinha outro compromisso. Ele tem uma palestra neste horário no Seminário do Milho e do Sorgo.

E só para ressaltar, o Sr. Ulivar Favreto, assim como o FORMAD, nos procurou para que pudéssemos estar apresentando durante cinco horas. O Secretário Homero, que é o Presidente da FAMATO, também já solicitou a nós e, nós deveremos estar também numa tarde apresentando. Qualquer organismo que quiser ter uma apresentação dos nossos técnicos do zoneamento, um dia, dois dias, o tempo que for necessário, nós estamos disponibilizando para que possa fazer essa discussão.

E só concluindo, Sr. Presidente, eu quero ressaltar que nós não trouxemos esse projeto antes para esta Casa, porque mesmo que ele concluiu a parte de diagnóstico no dia 30.10.02, nós ficamos um ano brigando com a empresa CNEC para entregar a finalização do trabalho, e ela entregou. Tão logo ela entregou, os nossos técnicos chegaram à conclusão de que dava para trazer para esta Casa ou nós poderíamos, ao invés de trazer para a Assembléia Legislativa, fazer audiências públicas no Estado. Só que aí nunca acabaríamos o projeto, porque nós estaríamos toda hora discutindo e fazendo reformulação, fazendo reformulação, nunca ele viria para esta Casa.

Então, conversando com o senhor, tivemos o entendimento de que a melhor coisa seria trazer para esta Casa, que é a Casa do Povo, para ela fazer essa discussão, através desses doze seminários que o senhor colocou.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O Governo do Estado, via Secretaria de Planejamento e todas as outras Secretarias inerentes ao Programa de Zoneamento do Estado de Mato Grosso, estará à disposição dos Srs. Deputados para auxiliá-los nos seminários do Estado de Mato Grosso.

No mais, Sr. Presidente, quero agradecer, em nome do Governador Blairo Maggi. Sem dúvida alguma, o Governador Blairo Maggi espera que a sociedade organizada como um todo consiga realmente discutir e chegar a uma definição do modelo de desenvolvimento que nós queremos para o nosso Estado, para o nosso futuro e, como sempre digo, para os nossos filhos. Muito obrigado, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço, Secretário Yênes.

Para fazer justiça, a SEPLAN nunca esteve tão integrada, fazendo uma interação tão permanente com o Poder Legislativo como está agora, sob o comando do Sr. Yênes Jesus de Magalhães.

Então, quero agradecer Vossa Excelência, o Governador Blairo Maggi por esta interação que nós fazemos entre a Assembléia Legislativa e a SEPLAN, e também as demais secretarias. Foi reclamada aqui a presença dos secretários, mas a Secretaria de Turismo está presente, esteve aqui o Secretário de Transporte, a FEMA, praticamente todo o Governo esteve aqui representado.

Concedo a palavra, neste momento, para as considerações finais, ao Dr. Marcos Estevan, representante do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. MARCOS ESTEVAN DEL PRATTE - Sr. Presidente, quero fazer uso da palavra para responder rapidinho algumas observações:

A primeira delas é que colocamos à disposição realmente o apoio para execução dos trabalhos e esclarecimentos naquilo que for necessário. Entre os organismos que estruturam o Programa Zoneamento, um deles que é a nossa instância máxima é uma comissão, uma comissão coordenadora de zoneamento, da qual participam, se não me engano, doze ou treze, ministérios, dentre eles o Ministério da Justiça. Poderá ser encaminhado, obviamente, o resultado do trabalho numa reunião conjunta, dentro da comissão coordenadora, inclusive para conhecer e poder aportar dentro dos respectivos ministérios encaminhamentos para esclarecimentos de dúvidas e aporte de demandas.

Uma outra instância é o Consórcio ZEE Brasil, do qual participam alguns órgãos federais, que também podem vir a apoiar projetos dentro do Estado, dentre eles aqueles relativos a detalhamentos de áreas, porque o zoneamento, como processo de trabalho, não responde ainda todas as perguntas. Várias perguntas ainda precisam, para serem respondidas, de detalhamento operacional, e isso pode ser aportado pelas instituições públicas brasileiras que trabalham com o zoneamento.

Sobre esse processo de apresentação e homologação na CCZEE, isso realmente tem causado algumas confusões, mas quero dizer que não é a Comissão, não é o Ministério do Meio Ambiente ou o Programa Zoneamento que aprova ou desaprova o zoneamento aprovado na Casa Legislativa dos Estados. Isso é matéria das Casas Legislativas, assim como várias matérias, dentre elas o Código Florestal, são matérias do Congresso Nacional, que é a Casa do Povo.

Então, a questão, por exemplo, da medida provisória em discussão, no processo de trabalho no Congresso Nacional, foi uma moratória relativa a um período de grandes índices de desmatamento. Isso foi colocado que o zoneamento poderia ser um instrumento apropriado para, vamos dizer, reverter esse processo. Há essa possibilidade? O Estado de Mato Grosso está cumprindo, fazendo o seu papel, homologando o seu zoneamento ecológico-econômico, e pode flexibilizar nos limites permitidos pela lei. Mais que isso, só se o Congresso Nacional permitir.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Evidentemente, não queremos que ninguém aqui seja jogado na clandestinidade, mesmo porque temos a responsabilidade pública da gestão da coisa pública.

Com relação a apoios efetivos, também estão sendo aportados recursos federais, dentre eles, o zoneamento ecológico-econômico, via Programa Piloto, o PPG-7, que aporta recursos para os Estados. Já estão em fase de planejamento algumas ações que poderão ser efetivadas, inclusive nesse processo de trabalho.

No mais, eu agradeço novamente o convite. Estaremos sempre à disposição, atendendo a todas as convocações, em função de um dever cívico de aparecer, de estar presente nas Casas Legislativas.

Eu agradeço muito o convite. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço o Dr. Marcos Estevan.

Agradeço a presença e a participação de todos.

Declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Regina Célia Garcia.

- Revisão:

- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa.